



História de um Debate

RUBÉN PEREYRA

A revista *The Ministry* está sendo enviada, desde a dois anos, a 25.000 pastores evangélicos e sacerdotes católicos. É um intento de apresentar-lhes um quadro mais claro do que cremos e ensinamos como igreja. A experiência tem sido extraordinária. Provavelmente, ao sair este número, esse benefício já se terá estendido a 300.000 pastores e sacerdotes, através de toda a América do Norte. Até agora, só uma União o está experimentando. Um comentário feito pelo editor de nossa revista, Pastor J. R. Spangler, sobre um editorial de *Christianity Today*, a mais conhecida revista teológica em circulação no mundo hoje em dia, levou seu editor, Harold Lindsell, a telefonar para ele e entabular uma relação sumamente interessante que conduziu a um diálogo franco e sincero, cujas conseqüências ainda não é possível prever. Horas foram gastas em entrevistas e conversações. Publicou-se em ambas as revistas uma série de artigos relacionados com o mesmo assunto.

Como o material é excelente, dedicamos todo este número de *O Ministério Adventista* à análise desse intercâmbio de idéias e à publicação de um valiosíssimo material sobre o sábado por *The Ministry*, o qual foi enviado aos pastores que recebem regularmente a revista. A polêmica proporcionou excelente oportunidade para apresentar a verdade do sábado aos que recebem esse periódico com regularidade.

Aos leitores de língua espanhola da América do Sul, recomendamos que leiam, além disso, um excelente material publicado entre dezembro de 1976 e fevereiro de 1977, na *Revista Adventista* (em castelhano), na qual o Dr. Humberto Treiyer apresenta informações muito interessantes sobre as leis dominicais e a idéia exposta pelo Dr. Harold Lindsell.

Se alguém desejar obter uma cópia completa do primeiro editorial de *Christianity Today*, do qual publicamos somente um trecho nas páginas 3-5, a Associação Norte da Divisão Sul-Americana o enviará gratuitamente logo que receber o pedido.

Domínio e o Fim do Conflito

A mensagem adventista é escatológica. Cremos numa futura idade de ouro, numa terra transformada e num paraíso onde haverá justiça e paz para sempre. Cremos, no entanto, que essa idade de ouro e essa terra feliz não serão consecuições humanas, mas ocorrerão pela direta intervenção divina. Cremos, além disso, que as profecias que assinalam os capítulos finais do drama de nossa Terra, os quais antecedem essa nova era, são claras e se cumprem inexoravelmente. O pecado será erradicado definitivamente; os habitantes da Terra terão que tomar uma posição a favor ou contra a verdade, aceitando as mensagens dos três anjos ou a obra dos três espíritos imundos. Cremos que, ao chegar esse momento, não haverá outra alternativa.

Cremos também que dentro desses capítulos finais o selo de Deus e a marca da besta definirão a posição de cada um que esteja envolvido no drama; cremos que a observância do sábado ou do domingo tornar-se-á um claro indício de fidelidade ou de infidelidade a Deus; cremos, além disso, que as leis dominicais, segundo foram apresentadas por Ellen G. White, terão um destacado papel nesse conflito final.

Como virão essas leis dominicais? Os críticos de Ellen G. White têm sido e continuam sendo duros com ela ao falarem de suas declarações e deste tema: primeiro, porque um país cuja constituição se baseia na liberdade de consciência jamais poderia impor tal coisa e, segundo, porque a observância do domingo é cada vez menos estrita, tanto entre evangélicos como entre católicos nos Estados Unidos, o que pareceria diminuir-lhe a importância como possível assunto-chave em qualquer controvérsia futura.

Contudo, é-nos declarado que os acontecimentos finais serão rápidos, poderão seguir seu curso normal ou virar bruscamente, tomando em poucas horas um rumo fora de toda expectativa ou previsão.

RUBÉN PEREYRA

Rubén Pereyra,
Secretário da Associação
Ministerial da Divisão
Sul-Americana.

O Editorial de uma conhecida revista evangélica, com uma tiragem de aproximadamente 130.000 exemplares mensais, deu ao assunto um aspecto totalmente diferente: o problema do petróleo e a crise energética e econômica que adveio como consequência, obrigam a tomar decisões heróicas e dramáticas. O editor da revista *Christianity Today*, através de um artigo intitulado: "O Dia do Senhor e os Recursos Naturais" (ver p. 3), propunha que fosse parada toda atividade nacional no primeiro dia da semana, "o dia do Senhor", "o domingo ou sábado", como ele o chama, a fim de evitar a tormenta econômica que se aproxima, economizando combustível.

Uma frase, aparentemente inocente, dá ao assunto um aspecto delicado: "O uso apropriado do Dia do Senhor, totalmente separado de qualquer implicação religiosa, pode ser conseguido por livre escolha, ou pode ser estabelecido por lei. É altamente improvável que isso seja conseguido por ação voluntária dos cidadãos em geral. Portanto, a única maneira de alcançar esse objetivo seria através de uma ordem legislativa dada pelos oficiais devidamente eleitos pelo povo". — *Christianity Today*, 7 de maio de 1976, p. 12. O editorial conclui com as seguintes palavras: "Certamente temos sido chamados ao reino para tal tempo como este. Façamos algo para mostrar que vemos a necessidade, sentimos a oportunidade e estamos desejosos de gastarmos em benefício da humanidade numa hora de desespero".

Esse editorial foi contestado pela revista *The Ministry*, por intermédio de seu editor (ver p. 6). Isto provocou chamadas telefônicas, reuniões, procura de soluções, intercâmbio de editoriais... e uma série de lições aprendidas.

1. Ellen G. White não proferiu tolices quando viu as leis dominicais do futuro com as conseqüentes lutas e provas que isso traria ao povo de Deus. Ela viu o futuro tal como lhe foi mostrado por Deus. Apesar de que "nos Estados Unidos, hoje em dia, a observância do domingo está virtualmente morta" e que nos poucos lugares onde ele é respeitado "dentro em breve podemos esperar sua total secularização" (*Christianity Today*, 7 de maio de 1976, p. 8), as profecias não podem errar no papel que lhe atribuem no conflito final.

2. Num momento de desespero, não somente espiritual e religioso, mas também econômico, poderão ser tomadas medidas dramáticas. Essas medidas de exceção não se justificariam num mo-

mento normal, e, sim, diante de uma crise. A ética situacional, em voga atualmente no campo religioso, poderia encontrar justificção para a idéia mais inaceitável.

3. O problema da crise de energia é de tal gravidade para as nações que pode justificar quase qualquer medida. A identificação da religião com os problemas sociais e políticos da atualidade pode trazer conseqüências inesperadas no âmbito religioso.

4. Estamos mais perto do fim do que cremos. Os acontecimentos se aceleram. O que levaria anos em circunstâncias normais ou no século passado, pode ocorrer hoje em poucas horas. Uma crise local pode assumir características mundiais da noite para o dia. As perseguições, os batismos de milhares de pessoas, ou ambas as coisas, poderão ser uma realidade na próxima semana.

Estamos mais perto do fim do que cremos. Os acontecimentos se aceleram. O que levaria anos em circunstâncias normais ou no século passado, pode ocorrer hoje em poucas horas.

5. Este mesmo intercâmbio de conceitos e o claro reconhecimento de um conhecido e afamado dirigente religioso, de que não há razões bíblicas para guardar o domingo, podem mudar totalmente a opinião de milhares de pessoas quanto ao significado do verdadeiro dia de repouso. Poderia ser uma razão da mudança de atitude para o bem de milhares que hoje necessitam conhecer e aceitar a mensagem.

6. Diante destas perspectivas, estaremos prontos como igreja para enfrentar as gloriosas realizações ou os dolorosos reveses que a História nos reserva?

Nossa mensagem é: Prepara-te, Cristo vem! Esta mensagem deverá soar dentro e fora da igreja. E é urgente! É esta a obra prioritária da igreja. Amigo leitor, é essa também a obra prioritária em tua vida, em tua igreja, no Campo, na instituição que diriges? ■

O Dia do Senhor e os Recursos Naturais

(Extrato de um Editorial de *Christianity Today*, 7 de maio de 1976, pp. 8-12)

NOTA EXPLICATIVA

“Sábado” e “Sétimo Dia”

Há em inglês duas palavras para referir-se ao sétimo dia da semana. O significado de cada uma, segundo o *Webster's International Dictionary*, é o seguinte:

Saturday: O sétimo e último dia da semana, o dia posterior à sexta-feira. É o dia do SÁBADO JUDAICO.

Sábado: Um período ou dia de descanso.

a) O sétimo dia da semana do calendário judaico.

b) O primeiro dia da semana, domingo, observado pelos cristãos como dia de repouso e culto.

HAROLD LINDSELL

c) Para os maometanos, a sexta-feira. Por esta razão, nalguns artigos deste número de *O Ministério Adventista*, quando se fala do “sábado” está-se referindo ao domingo ou simplesmente a um dia de repouso.

RUBÉN PEREYRA

Nos Estados Unidos, hoje em dia, a observância do domingo está virtualmente morta. Há alguns lugares em que talvez ele ainda seja respeitado, mas estes são poucos, e dentro em breve podemos esperar que o domingo seja completamente secularizado. A extinção da observância do dia de repouso ocorreu por diversas razões. A primeira é a secularização do mundo, e em nenhum lugar é isto mais autêntico do que no mundo comunista. Para milhões e milhões de pessoas que foram apanhadas pela rede comunista, dissipou-se qualquer possibilidade de observar o Dia do Senhor. Isto é bem compreensível, em vista do conceito comunista sobre a vida e o mundo, e não deveria constituir uma surpresa para pessoa alguma.

A segunda razão para o declínio da observância do dia de repouso está profundamente incrustada na própria Igreja Cristã. Ela tem sido secularizada até certo ponto não plenamente apreciado por muitos de seu próprio povo. Este processo de secularização provém da mudança de atitude de tantas pessoas na igreja para com a escrita Palavra de Deus. Em tempos anteriores, a observância do sábado se baseava

firmemente na crença de que é uma inalterável ordem de Deus. É uma obrigação que repousa sobre a singela noção da autoridade divina. É uma ordenação de Deus, não dos homens. Na realidade, o homem precisa dela, mas foi estabelecida por Deus.

O advento do liberalismo teológico alterou tudo isso. O cometimento, no tempo atual, de tantos teólogos da igreja, anulou o conceito anterior de que a Escritura é autorizada e normativa. Num tempo em que até mesmo as fundamentais doutrinas salvatórias da fé cristã têm sido deturpadas, e em que o sincretismo e o universalismo, acrescentados da entrega à revolução e de um movimento voltado para uma forma marxista de socialismo, se apoderaram da igreja, a idéia de que o mandamento do sábado é obrigatório parece anacrônica.

O afastamento da observância do dia do Senhor não ocorreu, porém, unicamente entre os que pertencem à tradição liberal. Os evangélicos que pretendem aceitar as Escrituras com a máxima seriedade também se encontram entre os que não mais apóiam a observância do sábado com verdadeiro entusiasmo. Os evangélicos têm sido profundamente influenciados pelos tempos em que vivem. A filosofia dominante é hedonista e tem conduzido à negação de tudo que é absoluto. Encaradas sob o contexto da teologia evangélica, que salienta a doutrina da graça e nega que o homem possa ser salvo por qualquer espécie de obra, a independência e a liberdade, que realmente são bíblicas, têm sido tomadas em mau sentido. Toda a idéia dos tabus, dos "não faças", do legalismo de qualquer espécie, quase está superada. A oscilação do pêndulo para longe do pietismo do século dezanove ou do puritanismo do século dezoito, de que a mente popular conserva uma péssima impressão, transformou a liberdade em libertinagem. A ética situacional, negada em princípio pelos evangélicos, tornou-se atuante em seu estilo de vida, de modo que o que eles fazem não se harmoniza com o que eles dizem.

Essa tendência entre os evangélicos no tocante à observância do sábado está relacionada com o espectro mais amplo da vida evangélica. Uma vez removidos os tabus em torno do cinema, do álcool, do jogo de cartas, da dança e de outras atividades, não era inesperado que também fosse rejeitado o tabu com respeito ao sábado. Isto não quer dizer que os homens do sábado, convertidos ou não, fazem parte da Natureza e necessitam do sábado como pessoas ter-

renas cujo corpo é inextricavelmente dependente da água, do ar e do solo.

É importante que os próprios cristãos saibam que se acham ligados ao sábado porque ele foi estabelecido para o bem-estar físico do homem. E é este aspecto do sábado que pode ser usado para levar as pessoas não regeneradas a também o observarem — mas por diversas razões, que podem estar destituídas da finalidade primordial do sábado, que é a adoração de Deus. A razão por que os cristãos deveriam abalar-se a convencer pessoas não regeneradas a observar o sábado é que elas o necessitam, pois contribuirá para o seu bem, e a falta de guardá-lo é devastadora para os homens e constitui motivo de desgraça para eles. Neste sentido pode-se afirmar que a observância exterior do sábado poderá ser para os descrentes uma forma de pré-evangelismo, abrindo a porta para a propagação do evangelho. . . .

O homem resiste obstinadamente a todos os esforços para fazer modificações, mesmo que saiba que deveria efetuar-las. . . . A fumaça do cigarro é um poluente que prejudica os que não fumam mas são expostos a suas emanções nocivas por fumantes indelicados. Cereais que poderiam ajudar a alimentar milhões de pessoas famintas são transformados em bebidas alcoólicas cujo consumo ocasiona acidentes industriais e rodoviários e impõe um tributo de cirrose do fígado e grande número de males físicos que acometem os que as usam em excesso.

Isto nos leva agora à consideração do princípio do sábado em relação com a maior de todas as crises enfrentadas pelo homem: a escassez de energia. Ela é apenas uma parte da correlação entre o homem e a Natureza, e mesmo a solução do problema da energia não seria uma garantia de que o homem conseguirá por fim impedir o esgotamento final dos recursos naturais ou que poderá evitar o que chamei noutra parte de irrevogável suicídio do homem. A curto prazo, porém, o homem pode e deve fazer algo com referência ao problema da energia. E isto está vinculado com a ordem do sábado, quer seja encarado da posição vantajosa da devoção a Deus e da obediência a Sua revelação especial, ou da devoção ao Criador mediante a revelação natural e a correlação entre o homem e a Natureza.

Nem os homens nem as máquinas podem prosseguir indefinidamente sem descanso. As pesquisas revelam que a capacidade produtiva do homem varia

de acordo com a extensão de tempo que ele trabalha. Precisa de repouso e relaxamento da produção, para que possa recuperar suas energias naturais. Durante a Segunda Guerra Mundial tornou-se evidente que uma semana de sete dias não aumentava a produção. Afinal de contas, as pessoas realmente produziam menos em sete dias do que trabalhando seis dias e descansando um dia. Uma parte disso era fisiológica; outra parte era psicológica; e tudo fazia parte do plano divino para a Natureza, que é abolido à custa do homem. Se este, por seu estudo da Natureza e de si mesmo, completamente à parte das Escrituras, recusa seguir as leis da Natureza, encontra-se em dificuldade. E quer o homem o aprecie, quer não, Deus formou o Universo de tal maneira que quando o homem transgride as leis físicas de Deus, sempre acaba arruinando a si mesmo. O homem deveria obedecer às leis da Natureza para seu próprio bem.

Isto é verdade hoje em sentido especial devido à crise energética. Podemos com facilidade apresentar um quadro real dos benefícios que os habitantes de qualquer nação obteriam se obedecessem à lei natural de Deus de um dia de repouso em sete. Isto abrangeria o fechamento de todos os estabelecimentos comerciais, inclusive os postos de gasolina e os restaurantes, em todo Dia do Senhor. Visto que é comum a semana de cinco dias de trabalho, não há nada que uma pessoa tenha de fazer que não possa ser efetuado em seis dias. Ninguém precisa comprar alimentos, comer em restaurantes ou adquirir mercadorias no sétimo. Obviamente, sempre haverá obras de misericórdia e necessidade que requeiram atenção no dia de repouso.

Se os habitantes da América do Norte se ausentassem das rodovias somente aos domingos, exceto para ir à igreja ou em caso de genuína necessidade, a crise energética seria quase completamente solucionada. Não há nada que indique que as pessoas comprem menos mercadorias quando não podem fazer compras aos domingos. Se todas as lojas e fábricas fossem fechadas num dia, ninguém perderia coisa alguma, pois nenhum de seus competidores abriria também o seu estabelecimento. Haveria uma economia imediata de combustível, eletricidade, etc. As pessoas poderiam passar o tempo com suas famílias, descansar e relaxar-se num ambiente menos agitado, permitindo que o ar das grandes cidades se recuperasse da poluição causada principal-

mente pela descarga dos automóveis e pela fumaça das fábricas. No auge da última crise de energia, o Japão estabeleceu uma regra que proibia o uso de gasolina aos domingos, e isso ajudou grandemente a nação.

Até poderá dar-se o caso de que essa espécie de domingo dê tempo ao homem para refletir sobre sua relação para com a Natureza e, daí, em sua relação para com o Autor da Natureza, levando-o a ter conhecimento de Deus. . . .

O uso apropriado do Dia do Senhor, totalmente separado de qualquer implicação religiosa, pode ser conseguido por livre escolha, ou pode ser estabelecido por lei. É altamente improvável que isso seja conseguido por ação voluntária dos cidadãos em geral. Portanto, a única maneira de alcançar esse objetivo seria através de uma ordem legislativa dada pelos oficiais devidamente eleitos pelo povo.

Seria preferível que o fechamento no sábado fosse efetuado na melhor de todas as bases — o reconhecimento de que é a vontade de Deus para todos os homens e de que eles seguem esse modelo porque desejam adorá-Lo. Mas não havendo isso, ainda é melhor que seja realizado, embora a razão para fazê-lo seja secular e apenas tenha em vista o bem-estar geral do homem e os benefícios que lhe advirão. Isto poderia denominar-se humanismo esclarecido e humanização eficaz.

Nossa fé nos prende à asserção de que devemos amar nosso próximo como amamos a nós mesmos. Não poderia haver melhor maneira de cumprirmos a segunda tábua da lei do que insistir numa legislação social que beneficiasse nossos semelhantes e revelar por nossos esforços que os amamos como a nós mesmos. Esta seria uma das mais elevadas formas de atividade social proveniente de nossa confissão de Jesus Cristo como Senhor. Designaria nossa solicitude por nossos semelhantes e nos identificaria com a humanidade comum, perdida num setor de grande necessidade.

O mal é que se algo não for efetuado dentro em breve, a condição da humanidade terá de piorar. A boa-nova é que Deus nos deu sabedoria e capacidade por cujo intermédio podem ser melhoradas as piores condições e amenizada a desgraça iminente. Certamente temos sido chamados ao reino para tal tempo como este. Façamos algo para mostrar que vemos a necessidade, sentimos a oportunidade e estamos desejosos de gastar-nos em benefício da humanidade numa hora de desespero.

Devem as Pessoas Ser Compelidas a Observar o Domingo?

J. R. SPANGLER

(Resposta ao artigo do Dr. Harold Lindsell: "O Dia do Senhor e os Recursos Naturais", publicado na revista *Christianity Today*)

Em seu artigo de 7 de maio, na revista *Christianity Today*, o editor Harold Lindsell salientou a necessidade do retorno a uma mais esmerada e significativa observância do domingo. Obviamente, concordamos com ele quando cita a declaração de Jesus de que o sábado foi estabelecido por causa do homem, e a seguir indica que "de algum modo, o homem hoje não parece apreciar este fato".

Referindo-se a estudos sobre a capacidade produtiva efetuados durante a Segunda Guerra Mundial, demonstrando um declínio na produção quando os operários trabalhavam sete dias por semana durante um longo período de tempo, em vez de trabalhar seis dias e descansar um dia, Lindsell insiste corretamente em afirmar que é envolvida uma lei natural. Exclusivamente do ponto de vista do bem-estar físico, é de bom alvitre observar o sábado, pois, conforme declara o editor, "nem os homens nem as máquinas podem prosseguir indefinidamente sem descanso".

Admitimos também que "a razão por que os cristãos deveriam abalar-se a convencer pessoas não regeneradas a observarem o sábado é que elas o necessitam, pois contribuirá para o seu bem, e a falta de guardá-lo é devastadora para os homens e constitui motivo de desgraça para eles".

Achamos, porém, que temos de discordar do editor de *Christianity Today* em dois pontos principais. Um é sua insistência de que a observância do dia de repouso seja estabelecida por lei; e o outro, segundo se pode esperar dos adventistas do sétimo dia, é o fato de buscar igualar o domingo com o sábado bíblico.

Não é com freqüência que respondemos negativamente a artigos publica-

dos em outras revistas religiosas. Apreciamos muitíssimo a consistente publicação em *Christianity Today* de artigos úteis. Desejamos sinceramente estar em paz com nossos irmãos, mas somos compelidos pelo amor a partilhar com nossos leitores uma réplica a conceitos que, se forem impostos por lei, prejudicarão não somente a liberdade dos Estados Unidos, mas também dos cidadãos de todo o mundo.

Lindsell alega que a única maneira pela qual pode ser cumprida a observância do domingo "é através de uma ordem legislativa dada pelos oficiais devidamente eleitos pelo povo". Esta é uma declaração chocante. Temos a firme convicção de que os que favorecem leis que impõem "o uso apropriado do Dia do Senhor" ou de qualquer outro dia de significação religiosa, por mais sinceros e honestos que possam ser, não discernem os resultados que se seguiriam com toda a probabilidade. A mesma intolerância e opressão que prevaleceram nos séculos passados serão experimentadas novamente se for sancionada a legislação dominical. Não constitui um segredo que grande parte da população mundial hoje em dia está sob o domínio esmagador de poderes despóticos que têm privado o povo tanto da liberdade civil como religiosa. Iremos nós, mediante uma legislação aparentemente inofensiva, privar outros ainda de liberdade religiosa? A união da Igreja e do Estado poderá ocorrer de maneira sutil, especialmente sob o disfarce, segundo as palavras de Lindsell, de "humanização eficaz".

O assunto em lide poderá parecer relativamente sem importância porque afeta tão poucas pessoas em comparação com a grande maioria, mas é nisto que consiste o espírito da verdadeira liberdade. A provisão constitucional de que "o Congresso não fará lei alguma com respeito ao estabelecimento da religião ou proibindo o seu livre exercício" é uma salvaguarda que tem man-

tido a nação americana relativamente livre de intolerância e perseguição. A imposição pela autoridade civil de qualquer prática religiosa, mesmo que seja para o bem-estar geral do homem, constituirá uma flagrante violação dessa salvaguarda.

Lindsell tenta retirar a observância do domingo do domínio religioso, declarando em seus argumentos finais: "O uso apropriado do Dia do Senhor, totalmente separado de qualquer implicação religiosa, pode ser conseguido por livre escolha, ou pode ser estabelecido por lei". É quase impossível, se não for absolutamente impossível, numa nação de índole cristã, criar ou usar devidamente um dia de descanso secular, "totalmente separado de qualquer implicação religiosa". O próprio Lindsell, ao expor suas convicções, deixou de explicar como isso pode ser feito. Sua frase inicial declara que nos Estados Unidos "a observância do domingo está virtualmente morta". Esse fato está inseparavelmente ligado ao domínio religioso. Grande parte de seu assunto tem que ver com a secularização do domingo. Ele apresenta a "mudança de atitude de tantas pessoas na igreja para com a escrita Palavra de Deus" como uma das razões para isso. Seu artigo está pontilhado de expressões tais como: "liberalismo teológico", "observância do sábado", "negação de tudo que é absoluto", "dia de Deus", "observância sabática". Esses termos e frases não podem ser relegados ao que é secular.

Sugerimos que se uma das principais causas da secularização do domingo está situada dentro da própria igreja, as igrejas, e não o Estado, devem remediar a situação. Será um dia calamitoso aquele em que as igrejas tiverem de buscar a ajuda das autoridades civis para obrigar seus membros a santificarem algum dia. Se podemos aprender alguma coisa da História, é que nos países em que isso se tentou fazer, a qualidade espiritual dos membros das igrejas nominais tem sido muito baixa.

Isto nos conduz ao segundo ponto: a santidade do domingo. Não há uma "inalterável ordem de Deus" ou uma "obrigação baseada na singela noção da autoridade divina", segundo diz Lindsell, para honrar o domingo. É lamentável que esse escritor e editor apele para a autoridade da Escritura num assunto que não tem autorização bíblica! Não se daria o caso de que pelo menos uma parte do liberalismo teológico e da abertura das portas da incredulidade seja atribuível ao geral des-

A união da Igreja e do Estado poderá ocorrer de maneira sutil, especialmente sob o disfarce, segundo as palavras de Lindsell, de "humanização eficaz".

respeito pela santa lei de Deus, que inequivocamente declara ser o sétimo dia o sábado do Senhor?

Concordamos plenamente com o *New International Dictionary of the Christian Church*, da editora Zondervan, o qual, sob o verbete "sábado", afirma que "é claro que Jesus, Seus discípulos e os judeus cristãos observaram o sábado" (p. 870). Concordamos ainda com o mesmo dicionário quando diz ser "improvável" que a expressão "Dia do Senhor", a qual se encontra uma vez nas Escrituras (Apoc. 1:10), seja o domingo, e que "não se encontra nenhuma prova para igualar o sábado com o domingo antes do fim do terceiro século" (p. 940).

O uso continuado não determina o que é certo ou o que é errado no que diz respeito às questões religiosas. Nossa única autoridade é a Escritura. Isso de Lindsell igualar o domingo com o sábado do sétimo dia, o dia do Senhor, não pode ser apoiado pelas escrituras do Velho ou do Novo Testamento.

Caso as pessoas queiram observar o domingo como dia de descanso, isso é um direito que lhes assiste, e deveriam ser protegidas contra tudo que se lhes oponha. Do mesmo modo, os que conscienciosamente prestam culto no sábado do sétimo dia não deveriam ser compelidos a honrar o domingo porque outras pessoas o veneram como sendo o dia de repouso bíblico. Tampouco os observadores do domingo deveriam ser compelidos a guardar o sábado do sétimo dia pelo fato desse dia ser considerado por outros como o verdadeiro dia de repouso.

Os possíveis resultados de longo alcance das sugestões de Lindsell para a observância do domingo são aterrorizantes. Se por lei fosse detido todo o trânsito de veículos nas rodovias, aos domingos, exceto para "ir à igreja ou em caso de genuína necessidade", isso significaria virtualmente que todo ônibus e automóvel seriam forçosamente detidos. Se então, conforme foi sugerido, toda loja, fábrica e restaurante forem fechados, e interromper-se toda frenética busca "de prazer", seja o que for que isto signifique, tudo o que resta a fazer é ficar em casa ou ir à igreja. Se ocorrer então uma crise, tal como uma guerra nuclear ou a anarquia moral, o próximo passo poderia ser com facilidade um apelo nacional para o arrependimento, a começar com a frequência obrigatória à igreja, aos domingos. O comentário final de Lindsell: "Certamente temos sido chamados ao

reino para tal tempo como este”, é significativo. Essas palavras são do livro de Ester. Qual era o ponto em litígio no tempo da rainha Ester? O conflito entre o direito do Estado para impor adoração e o do indivíduo de escolher o objeto e a modalidade de culto. Tudo começou porque um homem, Hamã, exigiu por que o rodeavam a deferência que Mardoqueu julgava pertencer somente a Deus. Hamã reconheceu a base da objeção de Mardoqueu como um judeu, e sua ira foi incitada a tal ponto que ele persuadiu

Considere- rai o Caso dos Sábados Silenciosos

(Editorial de *Christianity Today*, 3 de novembro de 1976)

Rigorosas leis proibindo os estabelecimentos comerciais de funcionar aos domingos têm estado nos livros de registro há mais de trezentos anos, nos Estados Unidos; em décadas recentes, porém, tornaram-se cada vez mais controvertidas. Os judeus e os adventistas do sétimo dia encontram-se entre os críticos mais severos, alegando que as leis dominicais violam a Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos, na qual é vedado ao Congresso fazer leis “com respeito ao estabelecimento da religião ou proibindo o seu livre exercício”. Eles afirmam que essa prática coloca uma carga excessiva sobre os que observam o sábado, e não o domingo, como seu dia de culto. Igualmente enérgicos em sua oposição têm sido os secularistas, os quais não querem que nenhum dia seja posto de lado para finalidades religiosas.

Num artigo intitulado: “O Dia do Senhor e os Recursos Naturais” (7 de maio de 1976), o editor desta revista asseverou que o desenvolvimento da crise de recursos naturais requer ação imediata. Ele propôs que todos os es-

o rei a procurar destruir todo o povo de Mardoqueu.

Não seria possível que até mesmo bem-intencionados teólogos estejam confusos quanto ao significado de “tal tempo como este”? Esperamos e oramos que o bem-estar espiritual da América não seja confiado aos políticos, mas permaneça dentro da alçada de dedicados líderes eclesiais que não procurem apegar-se ao forte braço do Estado, e, sim, ao poderoso braço de Deus e à autoridade de Sua Palavra. ■

tabelecimentos comerciais do país fossem fechados um dia por semana e citou o domingo como dia propício para isso. A sugestão baseou-se na lei natural e no bem-estar comum da humanidade, e não na idéia de que determinado dia deva ser imposto governamentalmente para atividades religiosas.

A correspondência, em resposta ao artigo, avivou os velhos argumentos de que isso constituía uma infração da Primeira Emenda. Os adventistas do sétimo dia ficaram perturbados, especialmente porque, em sua escatologia, a compulsória observância religiosa do domingo assinalará os dias finais dos séculos, antes do segundo advento de nosso Senhor. Não constitui grande consolo para eles o fato de que a observância do domingo está rapidamente perdendo, e não ganhando, terreno.

Cerca de trinta Estados ainda têm alguma forma de fechamento aos domingos, segundo o *Religious News Service*. Essas leis estão sendo combatidas, porém. Cada vez maior número de estabelecimentos comerciais permanecem abertos aos domingos, embora muitos gerentes de empresas que trabalham sete dias por semana declarem que prefeririam não fazê-lo. Alegam que a concorrência os obriga a abrir as portas todos os dias. Os principais lojas de departamentos (e pelo menos um banco) da cidade de Nova Iorque começaram a funcionar aos domingos em semanas recentes. O Conselho Metroplitano de Toronto, Canadá, aprovou a abertura das lojas num distrito daquela cidade.

Diversos operários que guardam o sábado ou o domingo como dias sagrados têm sido despedidos ou prejudicados de outra maneira devido a sua recusa de trabalharem em seu dia sagrado. Alguns deles instauraram processos, alegando terem sido violados seus direitos constitucionais. Vários casos semelhantes serão ouvidos em breve pelo

Supremo Tribunal dos Estados Unidos, e há boas razões para crer que os queixosos irão ganhar a causa.

Em 1961 o Supremo Tribunal declarou que "assegurar o bem-estar público mediante um dia de descanso comum é um interesse legítimo do governo". Isto abre a porta para a legislação que mande fechar todos os estabelecimentos comerciais num dia da semana. As asserções de que tais leis violariam a separação entre a Igreja e o Estado seriam portanto difíceis de provar perante o mais alto tribunal do país.

A conservação dos recursos naturais em declínio é uma sólida razão para chegar-se a um acordo no tocante a certo dia para cessar todas as operações comerciais. Embora o mundo tenha vastas fontes de energia pouco desenvolvidas, há uma escassez da espécie de combustível que aquece os edifícios, provê energia elétrica e possibilita o funcionamento das indústrias. Suspender virtualmente todas as atividades comerciais que consomem energia, durante um dia por semana, seria uma medida proveitosa. O ponto nevrálgico é a questão de qual o dia; nenhuma decisão agradaria a todos.

Propomos que o *sábado* seja posto à parte como o dia de descanso para todas as pessoas. Os que resolvessem participar de um culto coletivo a Deus

nesse dia poderiam fazê-lo. Outros poderiam passar o tempo como preferissem.

Os judeus e outros sabatistas seriam favorecidos por essa decisão. Para os protestantes e os católicos ela não constituiria um entrave teológico: com exceção do fato de que nosso Senhor ressuscitou dentre os mortos no primeiro dia da semana, não há nada nas Escrituras que requeira observemos o domingo e não o sábado como dia sagrado. Para o bem da nação, as igrejas protestantes e católicas poderiam mudar seus cultos de adoração do domingo para o sábado. Ou poderíamos guardar o domingo como nosso sábado; qualquer incômodo que tivéssemos de suportar seria uma prova de nossa boa vontade para com uma minoria cujas sensibilidades respeitamos e cujo apego legalista ao sábado do sétimo dia prendemos de uma forma a que não estamos sujeitos.

O fechamento aos sábados não poderia absolutamente ser interpretado como trama religioso. Não constituiria um problema entre a Igreja e o Estado. Favoreceria os mais amplos interesses da humanidade. Dirigentes responsáveis deveriam debater esta possibilidade. ■

Considerai o Caso das Segundas-Feiras Silenciosas

(Resposta de *The Ministry*)

O estabelecimento do domingo como dia de repouso nacional foi recomendado no editorial da revista *Christianity Today* de 7 de maio de 1976, intitulado: "O Dia do Senhor e os Recursos Naturais". O editor Harold Lindsell sugeriu que, com a finalidade de poupar energia, fosse estabelecida uma legislação que fechasse "todos os estabelecimentos comerciais, inclusive os postos de gasolina e os restaurantes", aos domingos. Tal medida — sugeriu

ele — estaria de acordo com as leis naturais que governam o bem-estar humano; e segundo "a vontade de Deus para todos os homens", presumivelmente muitos seguiriam, "esse modelo porque desejam adorá-Lo". Sentindo ser "altamente improvável" que as pessoas observem o domingo como dia de repouso unicamente por ação voluntária, Lindsell viu apenas um meio de realizar a dualidade de objetivos da observância do domingo e da conservação de energia. Isto "seria através de uma ordem legislativa dada pelos

oficiais devidamente eleitos pelo povo”.

No número de *The Ministry* referente ao mês de julho de 1976, enunciamos uma forte objeção a essa proposta, salientando que se as igrejas buscarem a ajuda das autoridades civis para impor um dia de repouso com conotação religiosa, seja qual for o motivo para isso, o país terá realmente chegado a uma época deplorável.

Um editorial posterior, publicado na revista *Christianity Today* de 5 de novembro de 1976: “Considerai o Caso dos Sábados Silenciosos”, apresenta uma surpreendente e nova maneira de tratar do assunto por parte dos editores dessa revista, propondo que o sábado seja ordenado a todos como dia de repouso. O autor convida as “pessoas responsáveis” a debater a questão. Aceitamos esse convite de boa fé e esperamos que nossa resposta seja aceita da mesma maneira.

O primeiro parágrafo do editorial de 5 de novembro salientou que “rigorosas leis proibindo os estabelecimentos comerciais de funcionar aos domingos têm estado nos livros de registro”, neste país, há mais de trezentos anos”. Elas têm sido objeto de muita controvérsia. Os editores propõem solucionar essa controvérsia fazendo com que a legislação ponha à parte “o sábado . . . como o dia de descanso para todas as pessoas”, e concluem afirmando que “o fechamento aos sábados não poderia absolutamente ser interpretado como trama religioso. Não constituiria um problema entre a Igreja e o Estado”.

Essa declaração nos deixa perplexos. Numa nação em que vários milhões de pessoas consideram o sábado do sétimo dia como o verdadeiro dia de repouso bíblico, quer o observem formalmente, quer não, como a legislação política impondo um dia de descanso aos sábados não seria interpretada como tendo conotações religiosas? Como poderia semelhante ato deixar de provocar graves problemas entre a Igreja e o Estado?

Naturalmente, os adventistas do sétimo dia se alegrariam de que todas as pessoas, em toda a parte, honrassem o sábado do sétimo dia, segundo cremos ser ordenado por Deus. Estamos dispostos a ajudar em qualquer campanha educativa com essa finalidade. Mas não estamos mais desejosos de que as autoridades civis apóiem com um ato legislativo o dia de culto que mantemos em comum com os judeus

e com outros cristãos que observam o sábado, do que almejemos que o domingo receba semelhante apoio. Apreçiamos a atitude magnânima dos editores de *Christianity Today* ao declararem que a despeito do incômodo que os observadores do domingo tivessem de suportar por causa de semelhante medida, ela seria “uma prova de . . . boa vontade para com uma minoria cujas sensibilidades” os editores respeitaram. Nossa resposta, porém, é que, não obstante a boa vontade representada por esse gesto, desde que estiver baseada em compulsão legal, temos de rejeitá-lo de maneira inequívoca e enfática! Nenhuma nação pode continuar sendo uma verdadeira democracia enquanto estabelecer leis que tragam dificuldades para algum grupo religioso, e o dia de culto sempre tem sido uma questão deveras sensível.

Visto que os editores de *Christianity Today* desistiram aparentemente de insistir que o domingo seja um dia de repouso nacional e propõem que seja substituído por um dia que eles não julgam ter base bíblica para ser observado no tempo atual, talvez não se oponham à escolha de algum outro dia da semana. Propomos a segunda-feira. Seria mais imparcial e equitativo pôr de parte a segunda-feira como dia de descanso nacional. De maneira alguma poderia uma lei neste sentido produzir um problema entre a Igreja e o Estado, pois, tanto quanto sabemos, nenhuma organização religiosa neste país dá qualquer conotação religiosa à segunda-feira, o segundo dia da semana.

Se a segunda-feira pudesse ser posta à parte como um feriado para conservação de energia, teríamos então um longo fim-de-semana de três dias. Os benefícios deste plano são evidentes por si mesmos. As pessoas de todas as religiões, inclusive os seguidores do islamismo, que observam a sexta-feira como dia de devoção, não poderiam discordar da escolha da segunda-feira do ponto de vista teológico. Pôr à parte a segunda-feira deste modo cumpriria os objetivos delineados em *Christianity Today*, sem prejudicar os direitos de quem quer que deseje observar seu dia religioso preferido.

Tal plano significaria, naturalmente, uma alteração do atual sistema de cinco dias de trabalho por semana. Com a crescente eficiência tecnológica da indústria e a reconhecida necessidade de estender as oportunidades de achar emprego a um maior círculo de pessoas, a semana de quatro dias está sendo agora considerada seriamente pelo

comércio e a classe operária. Até mesmo os grandes fabricantes de automóveis estão debatendo essa possibilidade. Alguns dos dirigentes do pensamento neste país têm sugerido que dispor de semelhante dia extra aliviaria algumas das tensões que as pessoas sentem atualmente e habitaria muitos indivíduos a aproveitar melhor as oportunidades para estudo e aperfeiçoamento pessoal. Destarte, um dia de descanso nacional às segundas-feiras poderia contribuir muitíssimo não somente para conservar a energia, mas também para melhorar a qualidade da vida dos norte-americanos.

Pequeno Consolo Para os Adventistas?

Diversos outros pontos do editorial de *Christianity Today* merecem ser comentados aqui. O primeiro deles é a observação do autor acerca da expectativa dos adventistas do sétimo dia de que "a compulsória observância religiosa do domingo assinalará os dias finais dos séculos, antes do segundo advento de nosso Senhor". Ele sugere que "não constitui grande consolo para [os adventistas do sétimo dia] ... o fato de que a observância do domingo está rapidamente perdendo, e não ganhando, terreno". O editorial expõe corretamente a nossa crença, mas achamos que em consideração a nossos leitores precisamos dar uma minuciosa e profunda explicação bíblica desta posição adventista. Pretendemos fazê-lo em números posteriores desta revista. Só podemos salientar aqui que no primeiro artigo se fez referência à "oscilação do pêndulo" do pensamento social, que "transformou a liberdade em libertinagem". Ainda existe a possibilidade de que a oscilação retorne a leis intolerantes e restritivas quando o povo se encontra sob a tensão de uma "hora de desespero". Só a submissão ao plano de Deus, da maneira como se acha delineado nas Escrituras, pode livrar um povo de extremos em qualquer sentido.

O segundo ponto do editorial que, cremos nós, merece uma resposta, é a inferência de que os adventistas têm um "apego legalista ao sábado do sétimo dia". Na realidade, nosso apego ao sábado do sétimo dia não é mais legalista do que o fervor de outros evangélicos que combatem vigorosamente o roubo, a fraude, o adultério ou a transgressão de qualquer outro dos Dez Mandamentos que caracterizam o pecado. Pregadores como Billy Graham jamais são acusados de legalismo por defenderem a lei de Deus. Por que

Na realidade, nosso apego ao sábado do sétimo dia não é mais legalista do que o fervor de outros evangélicos que combatem vigorosamente o roubo, a fraude, o adultério ou a transgressão de qualquer outro dos Dez Mandamentos que caracterizam o pecado.

um ministro que defende a obediência aos Dez Mandamentos não é acusado de legalismo pela maioria dos cristãos enquanto não apresentar a necessidade de obedecer ao quarto mandamento, que determina a observância do sétimo dia, ligando-a diretamente com o relato de Gênesis acerca da Criação? A obediência a qualquer dos Dez Mandamentos, inclusive o quarto, a fim de ser agradável e aceitável a Deus, deve ser prestada alegremente como uma amorosa resposta ao Redentor que primeiro nos amou infinitamente. Esta espécie de obediência só pode ser alcançada por meio da influência e direção do Espírito Santo. Assim a pessoa não somente se adaptará de bom grado à conduta especificada em cada um dos mandamentos, mas estará também em harmonia com o espírito detrás da lei. O mandamento do sábado é de grande alcance em suas implicações com referência a assuntos sociais, e estar "preso" pela dedicação ao Criador, de acordo com este mandamento, não reprime mais o crescimento cristão do que o respeito a qualquer outro dos Dez Mandamentos.

Visto que os adventistas tantas vezes são interpretados mal neste ponto, estamos publicando neste número um artigo sobre a teologia do sábado, escrito por Jorgensen. Esperamos desta maneira familiarizar os nossos leitores com o amplo escopo deste assunto. Talvez alguns de nossos leitores tenham conceitos errôneos sobre os adventistas e o sábado do sétimo dia. Portanto estendemos cordialmente esta oportunidade para estudar de maneira esmerada esta explanação de nosso ponto de vista.

O terceiro ponto, pelo qual desejamos elogiar os editores de *Christianity Today*, é seu franco reconhecimento de que "não há nada nas Escrituras que requeira observemos o domingo e não o sábado como dia sagrado". Este fato é evidente para qualquer pessoa perceptiva que estuda a Bíblia. No entanto, muitos porta-vozes de igrejas acham difícil admitir que todo e qualquer precedente para a observância do domingo tem de ser procurado na História e na tradição.

Chegamos agora ao quarto e último ponto. O autor do segundo editorial insinuou que o fato de nosso Senhor haver ressuscitado dentre os mortos no primeiro dia da semana requer que observemos o domingo e não o sábado como dia sagrado. Nas páginas das Escrituras, porém, o único rito comemorativo relacionado com a ressurreição

de Cristo, que podemos encontrar, é o batismo. Esse rito, quando é efetuado de acordo com o modelo bíblico, comemora belamente a morte, o sepultamento e a ressurreição de nosso Senhor. O fato de que nosso Senhor passou deliberadamente um sábado inteiro "descansando" na sepultura, sendo que Ele tinha o poder de reaver a Sua vida em qualquer momento após a Sua morte, é um claro testemunho não somente de Sua consideração pelo tempo sagrado representado por esse dia, mas também de que desse ponto em diante o sábado deve ser celebrado não só como memorial da criação, mas também da redenção. O descanso de Cristo no sábado, após a conclusão de Sua obra de redenção, constitui para nós um exemplo mais coercivo para a observância de um dia de repouso em homenagem à conclusão de Sua obra expiatória, do que Sua ressurreição no domingo.

Os dirigentes da nação certamente se apazem em ver uma das principais publicações no setor privado debatendo as questões de urgência nacional de maneira sensata e responsável. Enal-

O Sábado - Reflexo do Céu na Terra

É evidente que entre os desígnios divinos na Criação encontrava-se a providência de um companheirismo objetivo fora da Divindade. Certas passagens da Escritura apontam claramente para isso. Apocalipse 4:10 e 11 declara que a Criação ocorreu como resposta à vontade de Deus; isto é: tudo que foi ordenado por Deus não somente deve ser considerado como ideal, mas também como sendo essencial aos mais altos objetivos do Universo. Isaías 45:18 declara que, ao criar este mundo, Deus tencionava que ele constituísse o ambiente em que visse certa ordem de seres — o gênero humano — capazes de manter comunhão com Ele.

tecemos a diretoria de *Christianity Today* por ocupar-se com os problemas do ambiente e da qualidade da vida americana. Esperamos que a troca de idéias levada a efeito nas colunas editoriais de nossas duas revistas contribua para elucidar os pontos principais. Uma elevada qualidade de vida abrange a liberdade de escolher entre várias alternativas igualmente boas, assim como entre o bem e mal; e sacrificar a liberdade religiosa em nome de qualquer outro "benefício" só poderá prejudicar nossa nação. Quando os indivíduos que compõem a América do Norte aprenderem a dar valor a sua relação com Deus, eles terão a motivação para promover o bem do país. Se isto envolver a consideração pelos escassos recursos naturais, o respeito pela vida e a Natureza, e talvez um "dia de descanso" do trabalho às segundas-feiras, pode-se confiar em que tais pessoas concordem com isso em espírito e em ação. Ao serem feitas propostas para reformas sociais, recomendamos que os dirigentes responsáveis considerem essas importantes possibilidades. ■

A Criação, portanto, deve ser considerada como respondendo em certo sentido ao intenso anelo do amor divino.

O homem, assim como todas as ordens de seres inteligentes do Universo, foi dotado da capacidade de prestar culto. O culto é essencialmente adoração, a qual, por sua vez, é a própria essência do companheirismo. Isto quer dizer que ela envolve apreço, aspiração e aproximação (originalmente pela experiência, e agora pela graça) do caráter de Deus. Em suma, é o deleite da alma humana com a "excelência" de Deus.

O culto, além disso, cumpre certas finalidades, a menor das quais não é a preservação da racionalidade do homem. A argumentação de Paulo em Romanos 1:18-32 demonstra esta própria tese. Isto significa apenas que a natureza do homem é tal que a adoração à criatura (inclusive a egolatria) corrompe e destrói sua natureza moral e promove a degradação de sua personalidade. Tais conselhos como o que nosso Senhor nos deu em S. Lucas 17:33, baseiam-se nessa premissa. "A autodeterminação significa a ruína de si mesmo, mas a direção divina significa a realização das próprias esperanças". — E. Stanley Jones, *How Does God Guide Us?*, pp. 3 e 4.

ALFREDO
S JORGENSEN

*Alfredo S. Jorgensen,
Secretário de Campo da
Divisão Australasiana*

Que isso era verdade a respeito da natureza do homem antes do pecado é evidente do que tem sido revelado acerca da situação no Éden, onde o homem é visto em duas relações: verticalmente, em comunhão com Deus; horizontalmente, em comunhão com os semelhantes. Também é evidente de Gênesis 2 que essa comunhão — esse deleite de Deus no homem e do homem em Deus — devia ser expressa no “trabalho” — atividade criadora — e no “culto”, para o qual foi expressamente ordenado o sábado. Notem que o quarto mandamento legisla sobre ambas essas coisas (Êxodo 20:8-11).

Podemos inferir corretamente, portanto, que o sábado não depende absolutamente da origem do pecado; isto é: não foi estabelecido depois que surgiu o pecado. Antes, constituía uma parte integrante da ordem original das coisas — sendo sua observância designada como um aspecto necessário do estilo de vida do homem sem pecado, suprimindo as suas necessidades de culto. Visto que essa ordem foi planejada para ser eterna, o sábado deveria ser observado perpetuamente. Assim, como nosso próprio Senhor declarou em S. Marcos 2:28, o sábado foi estabelecido, não meramente como uma exigência arbitrária de Deus, mas como resultado de uma específica necessidade do homem: comunhão com o eterno Deus e a realização da verdadeira personalidade do homem. Ademais, visto que a salvação tem que ver com a restauração do homem a seu estado original de santidade em comunhão com Deus, o sábado ainda é uma instituição vigente, e na verdade continuará a sê-lo por toda a eternidade. Isto dificilmente poderá ser negado enquanto for mantida a doutrina da imutabilidade de Deus e Sua explícita intenção de restaurar todas as coisas como eram antes do pecado (Ecles. 3:11-15) e de consumir todas as coisas em Cristo (Efés. 1:9 e 10).

Sua Função Didática na Situação Soteriológica

Gênesis 2:1-3 simplesmente descreve a instituição do sábado no fim da semana da Criação, com vistas às finalidades expostas mais acima. Mas Êxodo 20:8-11 indica também: 1) uma intenção proléptica no tocante ao sábado como memorial da Criação; e Deuterônimo 5:12-15 também o identifica como 2) um monumento da redenção de Israel do Egito, e assim (em figura) da redenção que o crente desfruta em

Cristo. Quer dizer que Deus, prevenido a origem do pecado, conferiu ao sábado certos significados que não teriam sido apropriados se o pecado não tivesse surgido. Pois, na ausência da queda, certamente não teria havido necessidade alguma de redenção, nem de lembrar ao homem continuamente que devia recordar-se de que Deus é o Criador. Como ele poderia olvidar isso se desfrutasse livre comunhão face a face com Cristo?

Isto é realmente demasiado evidente para precisar ser debatido se reconhecermos que os princípios da lei moral foram escritos na consciência espiritual do homem, quando ainda não estava conspurcada pelo pecado. Na realidade, para o homem sem pecado simplesmente não poderia haver esquecimento de Deus.

Por conseguinte, podemos dizer que, na atual condição de pecado, a instituição do sábado desempenha uma indispensável função didática no plano da salvação. Faz parte da “torah” (“lei”, “instrução”) divina mediante a qual o Senhor tem revelado e continua revelando a Si mesmo. No entanto, jamais se deve permitir que essa atual função didática do sábado obscureça o divino propósito original a seu respeito: a providência tomada por Deus para adequar o tempo de comunhão no estilo de vida do homem antes da entrada do pecado.

Por falar nessa função didática do sábado como memorial da Criação, deve ser imediatamente evidente que só o sábado do sétimo dia pode desempenhar esse papel. Imaginemos o que sucederia se comemorássemos o Dia da Independência dos Estados Unidos em 5 de julho, ou o Dia da Independência do Brasil em 8 de setembro!

Um Sinal de Santificação

Cumpre-nos perguntar agora: Como o sábado se relaciona com a graça? Em Êxodo 16:23 e Neemias 9:14 o sábado é apresentado como “santo”. Os escritores sagrados obviamente tencionavam que compreendêssemos a santidade do sábado como sendo institucional; isto é: o sábado é santo, assim como o santuário e tudo o mais que se relacionava com o culto a Deus era santo, pelo fato de ter sido ordenado por um Deus santo. Em parte alguma as Escrituras ensinam que o sábado ou o santuário eram intrinsecamente santos.

Portanto, não podemos esperar encontrar na Escritura a mais remota insinuação de que a observância do sába-

do, em si, contribua para a nossa salvação; isto é, como fonte de graça. Na verdade, a Bíblia tem o cuidado de lembrar-nos que o sábado é um "sinal" de santificação (Êxodo 31:12-17; Ezeq. 20:12 e 20). 'Oth denota uma marca, memorial, sinal, insígnia, um característico discriminador. Numa palavra, o sábado é o estandarte, a prova de lealdade que a pessoa santificada apresenta para demonstrar sua lealdade a seu Rei, o Criador.

Só Deus pode santificar, conforme declaram explicitamente Êxodo 31:13 e Ezequiel 20:12. Os observadores do sábado precisam lembrar-se continuamente disso, pois qualquer doutrina de santificação pela observância do sábado

constituiria extremo legalismo. Talvez nem sempre tenhamos sido cuidadosos em fazer esta distinção, que nos teria livrado de muitas acusações desnecessárias de salvação pelas obras. Não podemos lançar inteiramente a culpa sobre os nossos críticos pelo fato de nem sempre nos interpretarem corretamente neste assunto.

Admitindo-se a identificação do sábado com a ordem original divinamente estabelecida, deduz-se que todos os argumentos que tendem a denegrir essa instituição, dizendo que foi abolida posteriormente ou adaptada de outro modo têm de ser responsáveis pelo que evidentemente seria uma incoerência em relação ao caráter e propósito do eterno Deus. ■

A Observância do Sábado e do Domingo na Igreja Primitiva

1. ELES AMAVAM A JESUS

Por que os cristãos primitivos começaram a observar o domingo em lugar do sábado do sétimo dia?

A resposta mais atraente é que eles o fizeram por amor a Jesus.

Não há dúvida, por exemplo, de que Justino, o Mártir, amava o Senhor. Na metade do segundo século, Justino deu voluntariamente a vida por amor a Cristo, sendo decapitado por ordem das autoridades romanas. Pouco antes de sua prisão, mas quando ele já sabia que sua vida estava em perigo, teve a coragem de publicar um folheto na cidade de Roma, no qual escreveu: "Não só me glorio disto, mas também procuro com todas as minhas forças ser declarado cristão".¹ Durante toda a sua vida Justino teve prazer em dar testemunho de Cristo como ativo leigo cristão. Ele estudava as profecias bíblicas tanto com os pagãos como com os judeus, e parece ter conquistado um grande número deles para a igreja. Não resta dúvida de que Justino amava o Senhor.

E também não resta dúvida de que ele preferia o domingo ao sábado do sétimo dia. "O domingo é o dia — es-

C. MERVYN
MAXWELL

creveu ele — no qual todos nós [cristãos] realizamos nossa assembléia comum". E por que eles o faziam? Porque nesse dia Deus "fez o mundo" e Jesus Cristo ressuscitou dentre os mortos.² De acordo com Justino, os cristãos também prestavam culto no domingo porque esse dia "possuía certa significação misteriosa"³ — como símbolo de santificação e como sucedâneo cristão da circuncisão do Velho Testamento — que "o sétimo dia não possuía", segundo a opinião de Justino.

Já mesmo antes no segundo século, um escritor cristão, geralmente conhecido hoje como Barnabé (embora não saibamos ao certo qual era o seu nome), se deleitava com a observação de que os cristãos "celebram com alegria" o "oitavo dia".⁴ A expressão "oitavo dia" era comumente aplicada ao domingo pelos cristãos primitivos porque vinha após o sétimo dia e lhes trazia à lembrança as promessas do concerto da circuncisão, um rito que era realizado quando um menino judeu tinha oito dias de idade. E por que os cristãos celebravam com alegria o oitavo dia? Porque — disse Barnabé — "nesse dia Jesus ressuscitou dentre os mortos".

C. Mervyn Maxwell,
Professor de História
Eclesiástica na Andrews
University

Como um todo, os cristãos do segundo e do terceiro séculos, cujos escritos chegaram até nós, proferiram razões centralizadas em Cristo para preferirem o primeiro dia da semana ao sétimo. Cristo era a Nova Lei, diziam eles. Cristo instituiu o Novo Concerto. Cristo, embora observasse o sábado como judeu, aboliu os sacrifícios, a circuncisão e o sábado para a Igreja Cristã. Cristo, após a Sua segunda vinda, proveria descanso celestial durante o oitavo dia eterno que se seguiria ao milênio. A razão mais comum para dar ênfase ao domingo era, naturalmente, o fato de que Jesus ressuscitou dentre os mortos nesse dia.

Isso não é surpreendente. Por volta do tempo em que escreveram Barnabé e Justino, a ressurreição de Cristo se encontrava apenas um século, mais ou menos, no passado. Abraão Lincoln viveu cerca de um século antes de nosso tempo; todavia, muitas coisas que ele fez sobressaem vividamente em nossa percepção. Imaginemos agora que após ter sido morto pelo Sr. Booth e sepultado, o Presidente Lincoln houvesse retornado à vida. Que impacto isso teria causado sobre as pessoas em toda parte ao redor do mundo! Não é difícil imaginar o efeito que a ressurreição de Cristo exerceu sobre as pessoas que viveram no mundo nos primeiros séculos da era cristã. Pensemos no impacto que ela ainda está causando!

Os Evangelhos afirmam reiteradas vezes que Jesus ressuscitou dentre os mortos no "primeiro dia da semana".⁵ Deduz-se naturalmente que os cristãos gentios tendiam a considerar o primeiro dia da semana como algo muito especial.

Há mais alguma coisa a ser considerada. Os Evangelhos mostram claramente que no tempo de Cristo o sábado tinha sido tão incrustado de regulamentos de origem humana que não refletia mais a beleza da criação original de Deus. O próprio Jesus desafiou destemidamente essas tradições, e não é de admirar que muitos cristãos primitivos achassem que havia acentuado contraste entre a observância do sábado da maneira praticada pelo Filho de Deus e o modo como ele era observado pelos judeus daquele tempo. Encarando o assunto deste ponto de vista, os cristãos que abandonaram o sábado (muitos não o fizeram e outros guardavam ambos os dias) não rejeitaram o sábado dos Dez Mandamentos, mas o sábado do legalismo contemporâneo. O domingo, com sua jubilosa ressurreição, pa-

recia ser um memorial muitíssimo mais elevado do amor de seu Salvador.

Alguns historiadores têm sugerido outras razões além do amor de Cristo para a mudança de ênfase do sábado para o domingo. Alguns, por exemplo, têm imaginado que isso foi efetuado em obediência a uma instrução específica deixada pelo próprio Jesus Cristo. Mas, se os cristãos primitivos conheciam semelhante instrução, eles jamais a citaram nem lhe fizeram a menor referência. Isto é notável.

Outro grupo de eruditos tem sugerido que os cristãos do segundo e do terceiro séculos adotaram o domingo de preferência ao sábado do sétimo dia como resultado da influência do culto pagão prestado ao Sol. Indubitavelmente, o Sol era adorado pelas pessoas que viveram no Império Romano durante os séculos que estamos considerando, e a adoração do Sol desempenhou um importante papel no começo do quarto século, quando o repouso dominical foi decretado por Constantino (321 A.D.), mas há poucas evidências de que o Sol ocupava a posição singular que lhe é atribuída por alguns autores modernos. Quando o imperador Caracala procurou impor a adoração do Sol nos primeiros anos do terceiro século, os romanos escarneceram dele. Conquanto a adoração do Sol sempre tenha desempenhado certo papel nas religiões pagãs, foi somente no fim daquele século que o Sol desfrutou verdadeira preeminência entre os deuses pagãos — e nessa ocasião muitos cristãos, pelo menos, tinham observado o domingo há 150 anos.⁶ Em sua *Apologia* dirigida ao Governo Romano, o grande escritor cristão Tertuliano refutou explicitamente a acusação de que os cristãos prestavam culto no domingo em homenagem ao Sol.⁷

Se tirarmos nossas conclusões das mais claras evidências disponíveis, parece que teremos de dizer que esses cristãos do segundo e do terceiro séculos que preferiam o domingo ao sábado fizeram isso em grande parte porque amavam o Senhor e achavam que a observância do domingo honrava-Lhe a memória.

O Desafio do Século Dezesseis

Desde os primeiros séculos, a observância do domingo continuou a dominar a igreja cristã. No entanto, o domingo foi vigorosamente desafiado no século dezesseis, após o início da Reforma.

Quando devotos católicos romanos em todas as partes da Europa Central lutaram com o apelo de Lutero para

um retorno à “Bíblia, e a Bíblia somente”, o coração de muitos deles foi profundamente excitado. O clamor: *sola scriptura*, logo irrompeu também dos seus lábios, e eles resolveram deixar de lado a tradição em favor da Palavra de Deus. Centenas de milhares de católicos abandonaram o confessional e as penitências da igreja medieval e adotaram a definição de Lutero da justiça pela fé. E fizeram-no com risco de vida.

Alguns desses audazes cristãos que eram profundamente gratos pelos novos vislumbres de Lutero, logo começaram a perguntar a si mesmos se o próprio professor estava seguindo suas convicções até onde iam suas conclusões lógicas. Andreas Fischer e Osvaldo Glait,⁹ que perguntaram se os cristãos tinham alguma base em *sola scriptura* para observar o primeiro dia da semana em lugar do sétimo, ambos morreram finalmente por sua fé.

Felizmente para nós, Lutero enviou teólogos para dialogarem com Fischer e Glait. De seus registros aprendemos que Fischer e Glait insistiram em afirmar que em parte alguma Jesus recomendou que Seus seguidores santificassem o dia no qual Ele ressuscitou dentre os mortos. Eles perguntaram onde se encontrava uma autorização bíblica para essa crença. Certamente os Pais da Igreja do segundo e do terceiro séculos jamais haviam citado semelhante ordem de Cristo, e Fischer e Glait afirmaram que também não a tinham encontrado.

O sábado — diziam esses sabatistas — não devia ser confundido com os tipos e símbolos da lei cerimonial. Não devia ser relacionado com a circuncisão e o sacrifício. O sábado — diziam eles — foi santificado por Deus já mesmo na semana da Criação; assim o sábado foi feito para o homem (S. Mar. 2:27) antes que ele houvesse pecado e antes que necessitasse do sistema cerimonial.

Além disso, Glait e Fischer salientaram que o sábado do sétimo dia foi colocado nos Dez Mandamentos, onde ele permanece, não como uma cerimônia tipológica que prefigurava a futura vinda de Cristo como Redentor, mas como apropriado memorial da obra anteriormente completada por Cristo como Criador. De acordo com a Bíblia — diziam esses homens — o sábado faz parte da imutável lei moral.

E se Jesus em parte alguma recomendou que Seus seguidores trocassem o sétimo pelo primeiro dia da semana, declarou Ele em alguma parte o contrário, ou que não deveriam fazê-lo?

Desde os primeiros séculos, a observância do domingo continuou a dominar a igreja cristã. No entanto, o domingo foi vigorosamente desafiado no século dezesesseis, após o início da Reforma.

No Sermão da Montanha — comentaram Glait e Fischer — Jesus disse: “Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas: não vim para revogar, vim para cumprir. Porque em verdade vos digo: até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da lei, até que tudo se cumpra”. S. Mat. 5:17. Será, porém, que os Seus apóstolos mudaram o dia? Glait e Fischer apontaram para o segundo capítulo do livro de Tiago, onde um apóstolo declara que se transgredimos um só ponto da lei, transgredimos toda ela.

Portanto, se nem Cristo nem Seus apóstolos autorizaram a mudança do sábado para o domingo, quem é responsável por essa mudança?

Glait e Fischer chamaram a atenção para as profecias tanto do Velho como do Novo Testamento. Com base em *sola scriptura*, referiram-se a Daniel 7 e II Tessalonicenses 2. Daniel 7:25 predisse o aparecimento de um poderoso movimento religioso que cuidaria em “mudar os tempos e a lei”. II Tessalonicenses 2:7 advertia que mesmo na metade do primeiro século, já estava em andamento “o mistério da iniquidade”.

Glait e Fischer amavam o Senhor. Como Justino no segundo século, eles também estavam dispostos a morrer por Seu Salvador, e na verdade depuseram a vida por Sua causa. Fischer foi atirado por cima do muro de um castelo. Glait foi arremessado ao Danúbio.

Seria possível que todos esses homens, que amavam a Cristo de todo o coração e se achavam dispostos a morrer por Ele, estivessem certos quanto ao verdadeiro dia de repouso — no segundo século e no século dezesesseis — sendo que disseram tais coisas opostas a respeito desse dia sagrado?

Se julgarmos esses homens por seus motivos, alegrar-nos-emos de que todos eles parecem ter amado a seu Senhor. Se, porém, avaliarmos os seus ensinamentos pelo critério de *sola scriptura*, que iremos dizer?

É possível que Fischer e Glait tenham apresentado um sólido argumento ao se referirem a II Tessalonicenses 2, com o seu “mistério da iniquidade”?

Mistério é algo que requer especial discernimento para ser compreendido adequadamente. Seria possível que bons homens como Justino, Tertuliano, Barnabé e muitos outros cristãos primitivos fossem inconscientemente desencaminhados por seus mestres e por seu próprio coração, e que depois disso ohassem adequadamente para o sepul-

cro vazio de Cristo, mas não com suficiente exatidão para a Sua Palavra escrita?

1. Justino, *Second Apology* 13, *Ante-Nicene Fathers* (ANF), 1:192 e 193.
2. Justino, *First Apology* 67, ANF, 1:186.
3. Justino, *Dialogue With Trypho* 24, ANF, 1:206.
4. Barnabé, *Epistle* 13, comparar a tradução feita aqui com ANF, 1:147.
5. S. Mat. 28:1; S. Mar. 16:2 e 9; S. Luc. 24:1; S. João 20:1 e 19.
6. *The Mysteries of Mithra*, de Franz Cumont, é a fonte mais popular para a asserção de que os adoradores do Sol mitraístas influenciaram diretamente a observância do domingo pelos cristãos. Mas Cumont não prevê evidência alguma de que os mitraístas consideravam de fato o domingo de maneira especial. Seja como for, o mitraísmo chegou à preeminência demasiado tarde para esclarecer a observância do domingo pelos cristãos.
7. Tertuliano, *Apology* 16, ANF, 3:31.
8. Ver Gerhard Hasel, "Anabaptists Sabatistas do Século Dezesesseis", duas partes, *Andrews University Seminary Studies*, V (julho de 1967), 101-121, e VI (janeiro de 1968), 19-28.

2. O DOMINGO NA IGREJA PRIMITIVA

No tempo do Novo Testamento, o sábado do sétimo dia não somente era o dia em que o próprio Cristo costumava freqüentemente frequentava a sinagoga (ver S. Lucas 4:16) e em que, por ocasião da morte de Cristo, repousaram as mulheres que pretendiam ungir-Lhe o corpo. Continuou sendo também um dia em que os apóstolos se reuniam para os cultos de adoração (Paulo é mencionado especialmente; ver Atos 13:14, 42-44; 16:13; 17:2; 18:4). Quanto ao domingo (denominado o "primeiro dia da semana" no Novo Testamento), ele é apresentado como o dia da ressurreição de Cristo (ver, por exemplo, S. Mar. 16:1-6 e 9); e nele houve ocasionalmente algumas reuniões por motivos especiais, como na noite em que os discípulos se reuniram a portas fechadas, "com medo dos judeus" (S. João 20:19), ou quando Paulo realizou uma reunião noturna em Troas — provavelmente no sábado à noite — em vista de seus planos para partir no dia seguinte (Atos 20:6 e 7, *A Bíblia na Linguagem de Hoje*).

Contudo, não havia evidência alguma de que o domingo era, como muitas vezes se alega, o dia regular para os cultos semanais dos cristãos naquele tempo. Com efeito, um renomado erudito britânico, C. W. Dugmore, indicou correta e apropriadamente que a primeira clara evidência da observância do domingo entre os cristãos provém de Justino, o Mártir, em Roma, por volta da metade do segundo século A.D.; e Dugmore faz um interessante comentário adicional com referência a "quão poucas evidências existem no Novo Testamento e na literatura da época subapostólica, de que o domingo

Portanto, se nem Cristo nem Seus apóstolos autorizaram a mudança do sábado para o domingo, quem é responsável por essa mudança?

KENNETH
A. STRAND

era o mais importante dia da semana cristã!"¹

Bem podemos perguntar: Se o domingo houvesse tomado o lugar do sábado durante o período do Novo Testamento, não teria a literatura indicado isso de modo específico, e não poderíamos também ter esperado alguns reflexos polêmicos nas referências um tanto numerosas a esses dois dias? Afinal de contas, as muitas alusões à circuncisão no Novo Testamento encerram quase invariavelmente um reflexo de polêmica, denotando a atitude cristã para com a alteração neste sentido. E na história cristã posterior, as questões controversas deixaram normalmente seu indelével testemunho na literatura polêmica — quer em conexão com as controvérsias cristológicas nos primeiros concílios da igreja, quer na questão da justificação pela fé da Reforma Protestante, etc. Poderíamos esperar menos do tempo em que o domingo tendia a substituir o antigo dia bíblico de culto semanal, o sétimo dia da semana?

O modo natural como são feitas as alusões à freqüência aos serviços religiosos no sábado, bem como a falta de ênfase ao domingo como novo dia para o culto cristão, insinua que essa falta de evidências de contenda e argumentação acerca desses dois dias significa que o *status quo* ainda estava em vigor. Em outras palavras, o sétimo era ainda o dia de culto semanal cristão, ao passo que o domingo ainda não havia assumido essa função peculiar. Evidentemente, o domingo não foi a princípio considerado de maneira geral como sucedâneo ao sábado do sétimo dia. Durante algum tempo *ambos esses dias* foram guardados lado a lado — o que se tornará mais claro à medida que prosseguirmos.

O Segundo Século

Talvez o aspecto mais notável no tocante ao sábado e ao domingo no segundo século (pelo menos até perto do fim do século) é a geral falta de informação — ou melhor, o fundamental *silêncio* — a respeito deles. Somente de duas localidades: Alexandria e Roma, há algumas evidências. O testemunho mais antigo é o do pretense Barnabé, que pode ter escrito de Alexandria por volta de 130 A.D., e seu comentário constitui apenas uma menção apressada numa carta razoavelmente longa, na qual ele procura interpretar alegoricamente o ensino do Velho Testamento. Ao falar do conceito de 6.000 anos de duração da Terra, ele refere-se ao sábado como representan-

Kenneth A. Strand,
Professor de História
Eclesiástica na Andrews
University

do uma espécie de período de descanso milenial (o sétimo dia "milenial"). Isto — diz ele — deve ser seguido pelo "começo do oitavo dia: o começo de outro mundo [evidentemente a eternidade]" — um conceito que ele relaciona com a observância do "oitavo dia [domingo] com alegria".²

O primeiro claro testemunho da observância do domingo pelos cristãos foi escrito em Roma, por Justino, o Mártir, aproximadamente em 150 A. D. Em sua famosa *Apologia*, ele descreve sucintamente ao imperador e ao senado romano os cultos realizados aos domingos: "E no dia chamado Domingo, todos os que residem nas cidades ou no campo se reúnem num lugar, e são lidas as memórias dos apóstolos ou os escritos dos profetas. . . ." No mesmo contexto ele alude ao fato de que era administrada a comunhão nessa reunião, sendo os emblemas também levados aos membros ausentes, pelos diáconos.³ Justino aborda o assunto do sábado do sétimo dia de maneira mais ampla em seu *Diálogo com Trifon, um Judeu*. Entre suas muitas declarações negativas a respeito do sábado, nessa obra polêmica, as seguintes servirão de exemplo: "Vedes que os elementos não são ociosos nem guardam sábado algum? Permanecei assim como nascestes".⁴

Perto do fim do segundo século, Clemente de Alexandria é o nosso primeiro exemplo de um doutor da igreja que claramente usa a expressão "Dia do Senhor" para referir-se ao domingo semanal num contexto muito alegórico.⁵

Desde o fim do segundo século (ou o começo do terceiro século) em diante, as evidências da observância semanal do domingo por toda a cristandade tornam-se mais nítidas e mais amplas. Dois historiadores do quinto século: Sócrates Escolástico e Sozômeno, fazem alusão a reuniões semanais para celebrar a comunhão tanto no sábado como no domingo, em geral por toda a cristandade, exceto em Roma e Alexandria.^{6,7}

É de sumo interesse notar que os dois lugares mencionados como exceções à observância do sábado por esses historiadores do quinto século são precisamente os dois lugares dos quais proveio no segundo século nossa mais antiga evidência da observância do domingo, bem como uma atitude negativa para com o sábado.

Do Terceiro ao Quinto Séculos

Conquanto os dois historiadores eclesiásticos que acabamos de mencionar

Perto do fim do segundo século, Clemente de Alexandria é o nosso primeiro exemplo de um doutor da igreja que claramente usa a expressão "Dia do Senhor" para referir-se ao domingo semanal num contexto muito alegórico.

pertençam ao quinto século, seu testemunho se refere não somente à prática existente em seu próprio tempo, mas também aponta obviamente para o fato de que essa prática estava em voga há algum tempo. Do fim do segundo século ou do início do terceiro século em diante multiplicam-se na verdade as evidências de que os cristãos primitivos estavam então observando dois dias semanais de culto: o sábado e o domingo. Além disso, as evidências do terceiro ao quinto séculos revelam que havia controvérsias acerca da maneira de observá-los, e também a respeito da questão de que o domingo devia, ou não, ser observado com exclusão do sábado.

Por exemplo, as *Ordenações Apostólicas*, uma compilação do quarto século, com materiais de diversas épocas do terceiro e quarto séculos, recomenda a observância tanto do sábado como do domingo, o primeiro como "memorial da criação", e o último "da ressurreição".⁸ Essa fonte também determina que os escravos deviam trabalhar cinco dias, mas "no dia de sábado e no dia do Senhor" deviam ter "tempo disponível para ir à igreja receber instrução em piedade".⁹ Um interpolador de Inácio, no terceiro ou quarto século, declara que "cada um de vós" deveria "guardar o sábado de maneira espiritual" e que só após essa observância do sábado todo "amigo de Cristo" deveria guardar "o Dia do Senhor como uma festa. . . ."¹⁰ E João Cassiano, cuja vida se estendeu do quarto ao quinto século, escreveu no tocante a determinados monges egípcios que "exceto as vésperas e noturnas, não havia cultos públicos entre eles durante o dia, a não ser aos sábados e domingos, quando eles se reuniam na terceira hora, com a finalidade de ter Santa Comunhão".¹¹

Entretanto, as evidências do terceiro ao quinto século não somente dão um quadro de ampla observância tanto do sábado como do domingo; muitas das fontes também revelam *controvérsia*.¹² Por exemplo: o interpolador de Inácio, no trecho mencionado acima, censurava especificamente a "maneira judaica" de observar o sábado, insinuando assim que havia cristãos aderindo a tais restrições judaicas como "andar dentro de um determinado espaço".¹³ No entanto, a controvérsia acerca do sábado e do domingo, durante esses séculos, estendeu-se além da maneira de observar o sábado. O próprio fato de que Roma e Alexandria tinham deixado completamente de realizar cultos aos sábados daria a entender isso. E outras evidências confirmam-no.

Provavelmente a mais significativa controvérsia sobre o sábado e o domingo na igreja cristã primitiva ocorreu com respeito a se deveria ou não haver jejum aos sábados. Embora os judeus fossem muito rigorosos na observância do sábado, eles não jejuavam nesse dia. Jejuar envolvia tristeza (ver S. Marcos 2:18-20), e os judeus consideravam o sábado um dia de alegria, e não de tristeza.¹⁴

O costume de jejuar aos sábados penetrou, porém, no cristianismo primitivo. Mas somente em certas regiões geográficas — especialmente em Roma e nalguns outros lugares do Ocidente. João Cassiano menciona que essa prática existia entre “algumas pessoas nalguns países do Ocidente, e especialmente na cidade [de Roma]”; e Agostinho (falecido em 430 A.D.) refere-se a ela como sendo uma prática da “Igreja Romana e de algumas outras igrejas”, perto e longe dela.¹⁵ Na realidade, até mesmo no Ocidente, a importante igreja de Milão, no norte da Itália, não observava o jejum aos sábados; e os cristãos no Oriente não adotaram esse jejum de modo algum. Com efeito, essa questão do jejum sabático continuou sendo um ponto controverso entre os segmentos oriental e ocidental da Igreja Cristã até o século onze.¹⁶

Agostinho revela a intensidade do conflito a respeito do jejum no sábado ao referir-se a determinado defensor romano dessa prática, que atacara severamente todos os que recusavam jejuar aos sábados. Conquanto o próprio Agostinho assumisse uma posição conciliatória, ele achava que esse porta-voz romano estava muito além do que era razoável ao condenar os que não jejuavam no sábado.¹⁷ Uma posição diametralmente oposta à do defensor romano do jejum sabático é evidenciada no Cânon 64 das *Ordenações Apostólicas*, que determina: “Se qualquer um dos que fazem parte do clero for encontrado jejuando no dia do Senhor ou no dia de sábado, exceto uma só vez, seja destituído; se, porém, for alguém dentre os leigos, seja suspenso”.¹⁸ Semelhantemente, o amplificador dos escritos de Inácio, no terceiro ou quarto século, declara que “se alguém jejuar no dia do Senhor ou no sábado, com exceção somente do sábado pascal, é assassino de Cristo”.¹⁹ (Cumpra-se notar que só num sábado — o aniversário do sábado durante o qual Cristo esteve na sepultura — os cristãos em geral, por toda a cristandade, tanto no Oriente como no Ocidente, consideravam apropriado jejuar, em solidariedade com os discí-

O primeiro claro testemunho da observância do domingo pelos cristãos foi escrito em Roma, por Justino, o Mártir, aproximadamente em 150 A.D.

pulos que lamentaram a ausência de seu Senhor).

Embora não seja nosso objetivo acompanhar a marcha dos acontecimentos além do terceiro ao quinto século, convém afirmar que o maior desgaste do sábado a favor do domingo ocorreu nos séculos posteriores. Mas mesmo nesse período mais antigo o domingo já estava obtendo preeminência. Certos atos legislativos sem dúvida ajudaram a promover essa tendência. Tais atos abrangem a lei dominical civil de Constantino em 321 A.D. e as decisões da igreja no concílio regional de Laodicéia (cerca de 364 A.D.), prescrevendo o culto no domingo e ordenando que se trabalhasse aos sábados.²⁰ Não obstante, através dos séculos da Era Cristã, houve, naturalmente, muitos adeptos do sábado do sétimo dia — geralmente sem a concomitante observância do domingo.

Do precedente esquema de desenvolvimento histórico emergem os seguintes fatos: 1) Via de regra, na igreja primitiva, o domingo semanal não era considerado como sucedâneo do sábado, pois ambos os dias foram guardados lado a lado até o quinto século. 2) A questão do possível conflito entre esses dois dias não se tornou evidente antes do fim do segundo século ou do início do terceiro, exceto, provavelmente, em Roma e Alexandria. 3) O relativo silêncio no primeiro e segundo séculos, a respeito de qualquer controvérsia acerca do sábado e do domingo, constituiu uma vigorosa indicação de que continuou a vigorar a prática mais antiga, sem qualquer ameaça ao sábado do sétimo dia por parte de um novo dia semanal de culto. 4) As evidências de controvérsia durante o terceiro ao quinto século, unidas ao silêncio anterior, tendem a indicar com precisão o maior aumento e amplitude da observância do domingo semanal como pertencente a esse período de tempo e promovendo uma luta da qual o domingo finalmente emergiu como o principal dia de culto cristão semanal.

Surge agora a pergunta: Que fatores contribuíram para efetuar a modificação que afinal deu ao domingo a preeminência sobre o sábado? A lista que segue não é exaustiva, mas indicará alguns dos elementos mais importantes que com muita probabilidade estiveram envolvidos nessa transição.

1. *Sentimento Antijudaico.* Diversas afirmações polêmicas contra o sábado na igreja primitiva revelam um sentimento antijudaico. Por exemplo, Vitorino de Pettan (falecido por volta de

303 A.D.), ao defender o jejum no sábado, chegou a salientar que o dia de preparação (a sexta-feira) deveria "tornar-se um jejum rigoroso, para que não pareçamos estar observando o sábado com os judeus..."²¹ Tal sentimento antijudaico foi motivado e estimulado pela oposição judaica aos cristãos primitivos e também pelo desagrado em que os judeus tinham caído nos círculos romanos oficiais devido a diversas revoltas judaicas que culminaram na de Barcoqueba, em 132-135 A.D. Com efeito, o imperador Adriano (117-138 A.D.) promulgou decretos contra certos costumes judaicos, inclusive a observância do sábado do sétimo dia.

2. *O Jejum aos Sábados*. Fazer do sábado um dia de jejum e tristeza, em contraste com o domingo como um dia de comemoração festiva, certamente exerceu importante influência sobre a transição histórica do sábado para o domingo como o principal dia do culto cristão.

3. *A Observância Cristã do Sábado de Maneira Judaica*. Outra influência a favor da transição pode ter sido proveniente do próprio fato de que alguns cristãos tendiam a guardar o sábado de maneira judaica e legalista. Podemos citar, por exemplo, a declaração polêmica do interpolador de Inácio, o qual recomendava que o sábado fosse guardado de "maneira espiritual", e não à moda judaica. João Crisóstomo (falecido em 407 A.D.) fez alusão a "muitos entre nós agora, que jejuam no mesmo dia que os judeus, e observam os sábados da mesma maneira", e declara que "nós o suportamos nobremente, ou antes, ignóbil e indignamente".²² Embora o interpolador de Inácio não rejeitasse a observância do sábado como tal, outros cristãos primitivos fizeram isso. Uma oscilação corretiva do pêndulo raramente se detém a meio caminho, e assim alguns cristãos bem-intencionados foram ao extremo oposto dos cristãos judaizantes na igreja primitiva, rejeitando completamente o sábado e substituindo-o pelo domingo.

4. *Influência do Domingo Pagão*. Embora o domingo cristão a princípio talvez não tivesse penetrado na igreja cristã diretamente do paganismo, a influência do domingo pagão não pode ser desprezada por completo. Já mesmo no terceiro século seu impacto bem pode ter começado a ser notado, e talvez tenha sido um fator em apressar o desenvolvimento da observância do domingo semanal entre os cristãos, que brotara de outras raízes. Na realidade, em seus esforços para evangelizar os pagãos, os cristãos podem ter conside-

Embora os judeus fossem muito rigorosos na observância do sábado, eles não jejuavam nesse dia. Jejuar envolvia tristeza, e os judeus consideravam o sábado um dia de alegria e não de tristeza.

rado a observância do domingo um ponto *em comum*. Especialmente após o tempo de Constantino, no começo do quarto século, a influência das instituições pagãs sobre o cristianismo primitivo tornou-se ainda mais basilar e central, como os historiadores em geral têm reconhecido.

5. *Os Antecedentes de um Domingo de Páscoa Anual*. Uma consideração que, em regra, tem recebido pouca atenção na origem do domingo semanal, é sua possível derivação da observância anterior de um domingo *anual* entre os cristãos. Pesquisas recentes têm trazido à luz esta possibilidade.²³

Em Conclusão

Os dados históricos sugerem o seguinte esquema para a transição do sábado para o domingo: No Novo Testamento o sábado era o dia semanal para o culto cristão. Durante o segundo século, o domingo começou a suplantir o sábado em tais lugares como Roma e Alexandria, embora o sétimo dia ainda fosse observado nas outras partes do mundo cristão. Do terceiro ao quinto século, a observância do domingo se alastrou de maneira muito mais ampla, e houve considerável controvérsia sobre como guardar o sábado e se convinha ou não guardar esse dia.

Diversos fatores foram envolvidos para levar o domingo finalmente à preeminência, sendo um dos mais importantes entre eles o sentimento antijudaico da parte de muitos cristãos primitivos. A certa altura de nossa apresentação chamamos a atenção para a lei dominical de Constantino e para a legislação do Concílio Regional de Laodicéia, que indubitavelmente ajudaram a estimular a transição que tornou o domingo o principal dia de culto cristão. Mas podemos perguntar apropriadamente se a legislação dessa espécie era realmente fiel às intenções, aos métodos e desígnios do cristianismo original da maneira retratada no Novo Testamento.

1. Dugmore, "O Dia do Senhor e a Páscoa", no volume de Oscar Cullmann *Festschrift: Neotestamentica et Patristica*, "Suplementos ao Novo Testamento", vol. 6; (Leiden, 1962), pp. 272-281.

2. Barnabé, cap. 15, ANF, 1:146 e 147.

3. 1 *Apology*, cap. 67, ANF, 1:186.

4. *Dialogue*, cap. 33, ANF, 1:206.

5. *Miscellanies*, 5:14, ANF, 2:469.

6. Sócrates, *Ecc. Hist.*, 5:22, *Nicene and Post-Nicene Fathers (NPNF)*, segunda série, 2:132.

7. Sozômeno, *Ecc. Hist.* 7:19, *NPNF*, segunda série, 2:390.

8. *Apostolic Constitutions*, 7:23, ANF, 7:469.

9. *Idem*, 8:33, ANF, 7:495.

10. Inácio aos Magnesianos, *Longa Recensão*, cap. 9, ANF, 1:62 e 63.

11. Cassiano, *Institutes*, 3:2, *NPNF*, segunda série, 11:213.

12. Em certo sentido, fontes como os itens de *Aposto-*

lic Constitutions citados acima, podem revelar controvérsia (ou pelo menos insinuar ou procurar rebater certa espécie de frouxidão).

13. Ver o nº 10, acima. Ele também se opõe à "ociosidade" no sábado.

14. Ver, por exemplo, o Livro dos Jubileus 50:10, 12 e 13. Josefo, *Life*, 54, menciona a exigência em seu tempo de tomar a refeição do meio-dia, aos sábados.

15. Cassiano, *Institutes*, 3:10 (*NPNF*, segunda série, 11:218); e Agostinho, Epístola 36 (a Casulano), par. 27, *NPNF*, primeira série, 1:268.

16. Quanto à posição de Milão, ver Epístola 36 (de Agostinho a Casulano), par. 32 (*NPNF*, primeira série, 1:270), e Epístola 54 (a Januário), par. 3 (*NPNF*, prim. série, 1:300 e 301). Quanto à condição controversa do jejum no sábado até o século onze, ver "O Sábado no Grande Cisma de 1054 A.D.", de R. L. Odom, *AUSS* 1 (1963): 74-80.

17. A maneira especial como Agostinho abordou este caso particular decorreu em resposta à pergunta de Casulano e aparece como Epístola 36, de Agostinho, em *NPNF*, prim. série, 1:265-270.

18. Em *ANF*, 7:504.

19. Inácio aos Filipenses, cap. 13, *ANF*, 1:119.

20. Ver especialmente o Cânon 29, o qual determina que, "se possível", nenhum trabalho deve ser efetuado aos domingos, mas os cristãos "não devem judaizar e estar ociosos no sábado, mas trabalhar nesse dia". *History of the Christian Councils*, 2:316.

21. Vitorino de Pettan. *On the Creation of the World*, par. 4, *ANF*, 7:341 e 342.

22. Crisóstomo, *Commentary on Galatians*, cap. 1:7, *NPNF*, prim. série, 13:8.

23. Comparar, por exemplo, com a evidência citada por Geraty, pp. 90-95.

3. ROMA E A ORIGEM DA OBSERVÂNCIA DO DOMINGO

Uma tese que atualmente está sendo adotada e defendida por numerosos eruditos é a de que a mudança da observância do sábado para a do domingo ocorreu em Jerusalém, a igreja-mãe da cristandade. Alega-se que os próprios apóstolos foram responsáveis pela mudança, e fizeram-na no próprio início da igreja a fim de comemorar a ressurreição e as aparições de Cristo na "Páscoa". Supõe-se que eles comemoraram o dia com a Ceia do Senhor ou Santa Comunhão.

Quando, porém, examinamos cuidadosamente o Novo Testamento e os primeiros relatos dos Pais da Igreja, verificamos que semelhante suposição é completamente infundada. A mudança deve ter ocorrido mais tarde. Consideremos algumas das evidências.¹

No primeiro concílio ecumênico-cristão realizado em 49-50 A.D., na cidade de Jerusalém, Tiago, que presidiu os trabalhos, comentou que os cristãos gentios estavam recebendo instrução de Moisés em cada cidade, nas sinagogas, "onde é lido todos os sábados" (Atos 15:21). Os cristãos, evidentemente, ainda estavam freqüentando as sinagogas, ouvindo "cada sábado" a leitura e exposição das Escrituras. Obviamente não surgira ainda o problema de um novo dia de culto; o silêncio total do concílio sobre o assunto indica que ele não era um dos pontos debatidos. Além disso, embora esse concílio isentasse os gentios dos requisitos da circuncis-

são, o apóstolo Tiago e outros, mais tarde, hesitaram nessa questão (Gál. 2:12). Isto revela que os dirigentes da igreja primitiva eram profundamente dedicados às práticas judaicas tradicionais.

Cerca de dez anos mais tarde Paulo fez sua última visita a Jerusalém. Tiago e os anciãos, que parecem ter sido os dirigentes da igreja nessa localidade, novamente demonstraram sua profunda lealdade às tradições legais e religiosas judaicas. Eles comunicaram a Paulo que os muitos milhares de judeus convertidos eram todos "zelosos da lei" (Atos 21:20), e também lhe lançaram em rosto a informação de que ele estava recomendando aos gentios que não deviam "circuncidar os filhos nem andar segundo os costumes da lei" (verso 21). Chegaram então ao ponto de coagi-lo a submeter-se a um rito de purificação no templo, para demonstrar que ele também andava "guardando a lei" (verso 24). Visto que eles viviam em tal ambiente de profundo apego às cerimônias religiosas judaicas, é inconcebível que pensassem em abolir um costume tão antigo e apreciado como a observância do sábado, em favor de um novo dia de culto.

Alguns eruditos preferem colocar a origem da observância do domingo num tempo um pouco mais avançado: 70 A.D.² Nesse ano os cristãos fugiram de Jerusalém para Pela, e o templo foi destruído; esses acontecimentos podem ter incentivado os cristãos palestinos a romper com a observância do sábado. De acordo com Eusébio, porém, entre 70 e 135 A.D. a igreja de Jerusalém era constituída e governada por judeus convertidos que "eram zelosos em insistir na literal observância da lei".³ Epifânio acrescenta que os cristãos judeus que fugiram de Jerusalém e se tornaram conhecidos como a seita dos Nazarenos, "cumprem até agora os ritos judaicos como a circuncisão, o sábado e outros".⁴ Foi depois da destruição de Jerusalém que as autoridades rabínicas introduziram por volta de 80-90 A.D.) a maldição dos cristãos (Birkath-ha-Min) em sua oração diária, destinada a impedir os cristãos de freqüentar as sinagogas e tomar parte em seus serviços.

Em 135 A.D. ocorreu uma modificação mais radical na igreja de Jerusalém. Nesse tempo o imperador Adriano destruiu a cidade e expulsou não somente os judeus, mas também os cristãos judeus. O que restou da cidade foi repovoado por estrangeiros, e somente cristãos gentios, não cristãos judeus, tiveram permissão de entrar. Nesse tempo, de acordo com Epifânio, surgiu

SAMUEL
BACCHIOCCHI

Samuel Bacchiocchi,
professor-assistente
de Religião na Andrews
University.

a "controvérsia acerca da Páscoa",⁵ evidentemente devido à proposta de uma nova data referente ao domingo da Páscoa, que muitos cristãos não estavam dispostos a aceitar.

Esses fatos históricos dificultam que vejamos como a igreja de Jerusalém, antes de 135 A.D., poderia haver sido o paladino de tais inovações litúrgicas como a observância do domingo. Na realidade, de todas as igrejas cristãs, esta foi, tanto racial como teologicamente, a mais chegada e a mais leal às tradições religiosas judaicas. As ações de Adriano após 135 A.D. podem ter exercido, porém, profundos efeitos sobre a igreja cristã; ele decretou que a prática da religião judaica, e especialmente a observância do sábado, deviam ser categoricamente proibidas.⁶ É muito provável que os dirigentes da igreja introduziram nesse tempo a observância do domingo bem como o domingo da páscoa, numa tentativa de se distinguirem dos judeus. Para confirmar esta hipótese, precisamos determinar: 1) a relação entre o domingo da páscoa e o domingo semanal; 2) o lugar em que se originou o domingo da páscoa; e 3) as causas da mudança da data da páscoa judaica de 14 de Nisan para o domingo da páscoa, pelo menos na prática cristã.

Poderíamos citar diversas declarações dos Pais da Igreja em que o domingo semanal e o domingo da páscoa são tratados basicamente como a mesma festa, comemorando em diferentes ocasiões o mesmo acontecimento da ressurreição.⁷ O Papa Inocêncio I (402-417 A.D.), por exemplo, declarou explicitamente: "Celebramos o domingo devido à venerável ressurreição de nosso Senhor Jesus Cristo, não somente na páscoa, mas na realidade pelo simples ciclo semanal (isto é, todo domingo)".⁸ A unidade fundamental existente entre essas duas festividades sugere a possibilidade de que ambas se tenham originado contemporaneamente na mesma localidade e por motivos similares.

No tocante ao lugar de origem da tradição do domingo da páscoa, Eusébio, em sua *História da Igreja*, provê um valioso conjunto de documentos.⁹

Ele apresenta o Bispo Vítor, de Roma (189-199 A.D.), como o paladino do costume de celebrar o domingo da páscoa, exigindo que todas as comunidades cristãs o adotassem. Polícrates, bispo de Éfeso, representando as igrejas asiáticas, não concordou com isso, dizendo que seguia o exemplo dos apóstolos Filipe e João, celebrando a páscoa em 14 de Nisan. O Bispo Vítor excomungou portanto a Polícrates. Irineu,

Diversos fatores foram envolvidos para levar o domingo finalmente à preeminência, sendo um dos mais importantes entre eles o sentimento antijudaico da parte de muitos cristãos primitivos.

bispo de Lião (a partir de 178 A.D.), interveio como pacificador na controvérsia. Instou com o Bispo Vítor para que imitasse seus predecessores: "Aniceto, e Pio, e Telesforo e Xisto",¹⁰ os quais, embora houvessem celebrado a páscoa no domingo, estiveram no entanto em paz com os que a observavam em 14 de Nisan.

O fato de Irineu mencionar o Bispo Xisto (cerca de 116-126 A.D.) como o primeiro a não observar a páscoa no dia 14 de Nisan, sugere que podem ter começado a celebrar essa festa em Roma, no domingo, por volta de seu tempo. O Bispo Xisto governou a Igreja de Roma no tempo do Imperador Adriano (117-138 A.D.), o qual demonstrou alguma simpatia pelo cristianismo. Visto que Adriano adotara uma política radical de repressão ao judaísmo, é fácil de ver por que o Bispo de Roma esteve disposto a substituir certas práticas consideradas judaicas por outras novas e diferentes.

Conquanto o tempo exato da origem do domingo da páscoa seja objeto de disputa, os eruditos parecem admitir de modo bem geral que Roma foi seu lugar de origem. Alguns chegam até a chamá-la de "Páscoa Romana".¹¹ Isto é motivado não somente pelo papel da Igreja de Roma no sentido de impor o novo costume, mas também por declarações em fontes históricas posteriores — a carta conciliar do Concílio de Niceia (325 A.D.) e uma carta pessoal de Constantino dirigida a todos os bispos, a Igreja de Roma é apresentada como um excelente exemplo a ser seguido na questão do domingo da páscoa. Sem dúvida, isto pode ser atribuído à posição histórica dessa igreja e ao papel que desempenhou em patrocinar a sua observância.¹²

A Tendência de Romper com o Judaísmo

Alguém poderá perguntar: Que levou Roma a abandonar a páscoa judaica do dia 14 de Nisan e a adotar em seu lugar o domingo da páscoa? As mesmas forças podem ter induzido a igreja a repudiar o sábado e introduzir a observância do domingo, pois muitos cristãos consideravam o domingo como uma extensão da páscoa anual. (Os italianos ainda chamam o domingo de *pasquetta*, isto é: "pequena páscoa".) Muitos eruditos reconhecem que o costume romano de celebrar a páscoa no domingo, e não no dia 14 de Nisan, foi motivado, de acordo com as palavras de J. Jeremias, pela "tendência de

romper com o judaísmo".¹³ J. B. Lightfoot assevera, por exemplo, que Roma e Alexandria adotaram o domingo da páscoa a fim de evitar "até mesmo a aparência de judaísmo".¹⁴ M. Righetti salienta de modo análogo que após "haver eliminado a tradição judaica do décimo quarto dia de Nisan", Roma e Alexandria rejeitaram até mesmo os cálculos judaicos, fazendo seus próprios cálculos sobre o tempo. Ele diz que "tal dependência dos judeus deve ter parecido humilhante".¹⁵ A carta conciliar de Nicéia e a carta pessoal de Constantino talvez exemplifiquem melhor suas acentuadas motivações anti-judaicas para repudiar a páscoa do décimo quarto dia de Nisan. O imperador, desejando estabelecer uma religião isenta de quaisquer influências judaicas, escreveu:

"Não devemos, portanto, ter coisa alguma em comum com os judeus, pois o Salvador nos indicou um outro caminho; . . . adotando unanimemente esta forma (isto é, o domingo da páscoa) desejamos, mui prezados irmãos, separar-nos da detestável companhia dos judeus".¹⁶

Nicéia constitui o ponto culminante de uma controvérsia iniciada dois séculos antes por pessoas com fortes sentimentos antijudaicos e suscetíveis às influências de Roma. Devido à estreita ligação entre o domingo da páscoa e o domingo semanal, temos a impressão de que é razoável deduzir que as mesmas motivações antijudaicas que levaram as pessoas a abandonarem a páscoa judaica e introduzirem o domingo da páscoa também fizeram com que substituíssem a observância do sábado pela observância do domingo nessa mesma época.

Diversos fatores presentes especialmente na cidade de Roma favorecem esta conclusão. Só podemos mencionar alguns deles neste artigo e recomendar ao leitor outros estudos que tratam do assunto de maneira mais ampla.¹⁷

Embora no Ocidente não houvesse uniformidade na observância do sábado, a Igreja de Roma assumiu uma posição singular no tocante à observância do domingo e instou com todas as comunidades cristãs ocidentais e orientais para que abandonassem a observância do sábado. Justino, o Mártir, escrevendo de Roma nos meados do segundo século, apresentou a mais devastadora condenação do sábado. Ele esvaziou esse dia de toda a sua significação teológica, reduzindo-o a um sinal que Deus impôs somente aos judeus "para destiná-lo ao castigo que

Foi em Roma que se tornaram predominantes os cultos do Sol. Provavelmente receberam incentivo oficial por estarem relacionados com o culto ao imperador.

eles merecem muito bem por suas infidelidades".¹⁸

Conceito Negativo Sobre o Sábado

Esse conceito negativo sobre o sábado é refletido na antiga introdução do jejum no sábado pela Igreja de Roma, a despeito da oposição das igrejas orientais e de diversas igrejas ocidentais. Esse jejum destinava-se não somente a expressar tristeza pela morte de Cristo, mas também, segundo declarou enfaticamente o Papa Silvestre (314-335 A.D.), para mostrar "desprezo pelos judeus (*exsecratione Judaeorum*)" e por sua "festividade no sábado (*destructio-nes ciborum*)".¹⁹

Naturalmente, a igreja que observasse rigoroso jejum no sábado não poderia celebrar a Ceia do Senhor, pois participar de seus elementos seria considerado como interrupção do jejum. Conseqüentemente, segundo relataram vários Pais da Igreja,²⁰ o sábado em Roma tornou-se não somente um dia de jejum, mas também um dia em que não eram permitidas reuniões religiosas. A Igreja de Roma parece ter tomado, portanto, medidas concretas, por um lado, para obrigar os cristãos a se afastarem da veneração do sábado, e, por outro lado, para enaltecer exclusivamente a observância do domingo.

Talvez alguém pergunte por que a Igreja de Roma empreendeu e promoveu a adoção de novas festividades litúrgicas, como o domingo da páscoa, o domingo semanal e, mais tarde, a data de 25 de dezembro para a comemoração do nascimento de Cristo. Só podemos mencionar aqui alguns fatores significativos.

A Igreja de Roma, ao contrário da maioria das igrejas orientais, compunha-se principalmente de conversos gentios (Rom. 11:13). O resultado foi que em Roma, conforme declara Leonardo Goppelt, "encontrava-se em toda parte uma lacuna entre a Igreja e a Sinagoga, desconhecida nas igrejas orientais".²¹ Nessa capital os cristãos logo se diferenciaram dos judeus. Diz-se que os judeus instigaram Nero a absolver-se da acusação de incêndio premeditado, lançando a culpa sobre os cristãos. Sucessivos imperadores, depois de Nero, tomaram várias medidas repressivas contra os judeus, as quais foram notadas principalmente em Roma. Tito, por exemplo, quis desposar a Berenice, irmã de Herodes, o Moço; mas devido à crescente hostilidade do povo contra os judeus, foi obrigado a pedir que ela saísse da cidade.²² Isto, indubitavelmente, estimu-

lou a Igreja de Roma a fazer tudo o que era possível para distinguir-se do judaísmo.

Foi também em Roma que se tornaram predominantes os cultos do Sol. Provavelmente receberam incentivo oficial por estarem relacionados com o culto ao imperador. A veneração dos pagãos pelo dia do Sol e sua comemoração do *Natalis Solis Invicti* (nascimento do Sol invicto) em 25 de dezembro, inspiraram aparentemente os cristãos a adotar e "cristianizar" essas festas. Evidentemente, os cristãos reinterpreta-ram o simbolismo desses acontecimen- tos à luz da mensagem cristã. Justino, o Mártir, por exemplo, ao explicar para o imperador algo sobre o culto cristão, declarou duas vezes que os cristãos rea- lizavam sua reunião "no dia do Sol", mas faziam-no principalmente porque Deus criara a luz nesse dia.²³

A maioria dessas coisas ocorreram precisamente na cidade de Roma. Po- demos acrescentar que o Bispo de Ro- ma era a única pessoa com suficiente prestígio para incentivar o resto da cristandade a adotar semelhantes prá- ticas litúrgicas, novas e radicais, como o repouso semanal aos domingos ou o domingo da páscoa anual.

Estas poucas observações não cons- tituem absolutamente uma análise abrangente dos fatores que contribuí- ram para dar origem à observância do domingo. Se alguém quer obter um quadro completo das circunstâncias, deve considerar diversos outros fatores, tais como as motivações dos cristãos, os cultos do Sol, o calendário solar do jubileu, as condições sociais e políticas da época e as tensões entre a igreja e a sinagoga. Mencionamos algumas das evidências mais importantes para crer que a observância do domingo não se originou na primitiva comunidade cristã de Jerusalém, e, sim, na Igreja de Roma, provavelmente um século após o tempo de Cristo. Seu fundamen- to não é bíblico, mas histórico. ■

1. Para uma análise mais exaustiva do assunto, ver *Un esame dei testi biblici e patristici dei primi quattro secoli allo scopo d'acertare il tempo e le cause del sorgere della domenica come giorno del Signore* (Roma: dissertação não publicada, apresentada por Samuel Bacchiocchi na Pontifícia Universidade Gregoriana, 1974), pp. 12-88 e 288-310; o quinto capítulo da dissertação foi publicado em inglês, com o *imprimatur* católico romano, sob o título: *Anti-Judaism and the Origin of Sunday* (Roma: The Pontifical Gregorian Press, 1975). Este livro é distribuído nos Estados Unidos da América pela Andrews University Press, Berrien Springs, Michigan 49104.

2. Esta é a posição assumida por Francis A. Regan, *Dies Dominica and Dies Solis. The Beginning of the Lord's Day in Christian Antiquity* (Washington, D.C.: dissertação não publicada, apresentada na Universidade Católica da América, 1961), p. 18.

3. Eusebio, *Historia Ecclesiastica* 3.27.3; cp. 4.5.2-11, a questão é debatida em *Anti-Judaism*, pp. 28 e 29.

4. Epiânio, *Adversus Haereses* 29, 7, PG 41, 402; cp. com a carta de Jerônimo a Agostinho em PL 22, 924.

5. Epiânio, *Panarion haereseon* 70, 10, PG 42, 355.

6. As fontes rabínicas fazem freqüentes e amplas alu- sões ao decreto e aos rigorosos métodos de Adriano. Ver *Anti-Judaism*, pp. 41 e 42.

7. Para referências, ver *Anti-Judaism*, p. 84.

8. Inocêncio I, *Epistola* 25, 7, PL 20, 255.

9. Quanto ao relato da controvérsia acerca da páscoa, ver Eusébio, *Historia Ecclesiastica* 5.23-25.

10. *Idem*, 5.24.13.

11. Ver, por exemplo, C.S. Mosna, *Storia della dome- nica dalla origini fino agli inizi del secolo V*, dissertação publicada (Roma: Pontifical Gregorian University Press, 1969), pp. 117-119.

12. O decreto conciliar do Concílio de Nicéia (325 A.D.) foi descoberto e publicado por J. B. Pitra, *Juris eccle- siastici Graecorum historia et monumenta* (Roma: 1864) 1:435 e 436; citado por Ortiz De Urbina em *Nicee et Constantinople, Histoire des Conciles Oecumeniques*, 12 volumes. (Paris: éditions de l'Orante, 1963), 1:259. A carta de Constantino é relatada por Eusébio, em *Vita Constantini* 3:18 e 19; por Sócrates, em *Historia Eccle- siastica*, 1:9; e por Teodoreto, em *Historia Ecclesiastica* 1:10.

13. J. Jeremias, "Páscoa", em *Theological Dictionary of the New Testament*, ed., Gerhard Kittel (Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Company, 1966), V, pp. 903, 64.

14. J. B. Lightfoot, *The Apostolic Fathers*, 4 volumes. (Londres: Macmillan Company, 1885), vol. 2, pp. 1 e 88.

15. Mário Righetti, *Storia Litúrgica*, 3 volumes. (Mi- láo: Editrice Ancora, 1955), vol. 2, p. 246.

16. Hefele, *History of the Councils*, p. 322 (grifo acres- centado).

17. Os fatores que sugerem ter sido Roma o lugar de origem da observância do domingo são debatidos em *Anti-Judaism*, pp. 53-88.

18. Regan, *Dies Dominica*, p. 26; cp. *Dialogue With Trypho* 16.1 e 21.1, de Justino.

19. S.R.E. Humbert, *Adversus Graecorum calumnias* 6, PL 143, 936.

20. Ver as referências a Inocêncio I, Sócrates e Sozo- men, em *Anti-Judaism*, p. 76.

21. Leonardo Coppel, *Les Origins de l'Eglise* (Paris: Payot, 1961), p. 203.

22. Suetônio, *Titus* 7.1.2.

23. Justino, o Mártir, *I Apology* 67.

Gerente Geral:
Wilson Sarli

Redator-Chefe:
Carlos A. Trezza

Redator:
Naor G. Conrado

Diretor:
Arthur S. Valle

Colaborador Especial:
Rubén Pereyra

Colaboradores:
Enoch de Oliveira
José C. Bessa
Rolf Belz

Depto. de Arte:
Henrique C. Kaercher

Diagramação:
Urias P. Chagas
Francisco Marques
Erlo Köhlef
Wilson F. Almeida

Assinatura Anual:
Cr\$ 84,00
US\$ 6,00

Número Avulso
Cr\$ 14,00
US\$ 1,00

Editado bimestralmente
pela Casa Publicadora
Brasileira, Av. Pereira
Barreto, 42 —
09000-Santo André,
São Paulo.

Esta revista acha-se
registrada na DCDP
do DPF sob nº 899 — P.209/73

Todo artigo ou qualquer
correspondência
para a revista
O Ministério Adventista,
devem ser enviados para
o seguinte endereço:
O Ministério Adventista,
Caixa Postal 07-1042 —
7000-Brasília — DF.